
Contribuições de Stáline para a Ciência Militar e Política Soviética (V)*

• Ulrich Huar

Cooperação e luta de classes na coligação anti-hitleriana em 1944 A missão libertadora do Exército Vermelho

Hungria

A Hungria tinha uma posição chave quer na estratégia de Stáline, quer na de Churchill. A Hungria constituía o acesso à Áustria e ao Sul da Alemanha e era também de importância estratégica para a organização do pós-guerra.

Em meados de Outubro de 1944, Churchill e Eden foram a Moscovo, com os seus conselheiros militares e políticos, para conversações com Stáline sobre os passos seguintes para terminar a guerra.

Chtemenko, que participou em alguns destes encontros, descreveu-os. O chefe do Estado-Maior General soviético, general Antónov, foi encarregado de apresentar um relatório sobre a situação nas frentes, o qual, como era hábito foi preparado pela Direcção de Operações do Estado-Maior General. Na véspera das conversações, Stáline quis ver o relatório e pediu que Chtemenko lho levasse. Stáline começou a corrigir o texto sem fazer perguntas, mas em dado momento, indicando com o lápis vermelho uma das frases, observou: «*Neste ponto, camarada Chtemenko, (...) devemos fazer menção aos nossos planos. Diremos que procuramos entrar rapidamente nas fronteiras da Alemanha hitleriana, e que para isso temos previamente de derrotar a Hungria. Aqui, na Hungria, reside o nosso interesse principal. Você, como oficial de operações, devia saber isto.*»¹ (Manifestamente foi Chtemenko quem elaborou o relatório que competia a Antónov. UH)

A Hungria não fazia só parte do «*interesse principal*» de Stáline, mas também de Churchill, como ressalta das suas memórias: «*Era para mim muito importante chegar antes dos russos a determinadas regiões da Europa central. Assim, por exemplo, os húngaros tinham feito saber que resistiriam a uma invasão russa, mas que capitulariam perante os britânicos, desde que estes entrassem a tempo.*»²

^{1*} Este texto é a continuação do IV capítulo desta obra de U. Huar. (N. Ed.)

Schtemenko, *op. cit.*, p. 228. [Chtemenko, ed. cit., p. 417. (N. Ed.)]

² W.S. Churchill, *Der Zweite Weltkrieg, Vol VI/1. Dem Sieg entgegen* (A II Guerra Mundial), Estugarda, 1954, p. 182.

Durante as conversações em Moscovo, Churchill perguntou sem rodeios a Stáline se concordaria que a União Soviética tivesse na Roménia uma predominância de 90 por cento, os britânicos 90 por cento na Grécia e meio por meio na Jugoslávia. Enquanto a sua pergunta era traduzida, Churchill escreveu em «*em meia folha de papel*»:

Roménia:

Rússia.....90%
Outros.....10%

Grécia:

Grã-Bretanha.....90%
(com o *acordo dos EUA*)
Rússia..... 10%

Jugoslávia.....50-50%

Hungria.....50-50%

Bulgária:

Rússia.....75%
Outros..... 25%³

Churchill moveu a folha para Stáline, este pegou no seu lápis azul, desenhou um grande ponto de interrogação e devolveu-lha. Depois fez-se um «*longo silêncio*».

Churchill percebeu que estes de planos de partilha, normais entre os imperialistas, não eram possíveis com Stáline. Propôs então queimar o papel, mas Stáline respondeu: «*Não, guarde-o.*»

Churchill ainda escreveu uma carta e um memorando sobre a penosa folha que quis entregar a Stáline, mas não os enviou na altura porque considerou ser mais inteligente não voltar a tocar no assunto. Porém, publicou a carta nas suas memórias com o intuito de apresentar uma «*exposição autêntica*» da sua ordem de ideias, e legitimá-las. No entanto, ao procurar justificar o seu comportamento, recorre à formulação falsa de que alegadamente procedido a uma «*interpretação das percentagens que havíamos aceitado à mesa*».⁴ «*Havíamos aceitado*»? Nada prova que Stáline tenha aceitado estas «*percentagens*»!

Num telegrama de 12 de Outubro, para os seus colegas em Londres, Churchill manifestou a opinião de que o exército soviético, ao obter «*o controlo da Hungria (...)* ficará com uma maior influência, assunto que evidentemente deve ser acordado com a Grã-Bretanha e provavelmente os EUA, que, apesar de não operarem na Hungria, têm de a encarar como um país da Europa Central e não como um Estado balcânico.»⁵

Churchill, portanto, não estava seguro da posição dos EUA em relação à Hungria. No conjunto, resulta das suas memórias que não estava nada interessado nesta altura divulgar a comprometedora «*meia folha de papel*».

³ W. S. Churchill, *Der zweite der Weltkrieg* (A II Guerra Mundial), versão em um volume, Frankfurt/Main, p. 989. [Citações cotejadas com a edição inglesa, Vol. VI, p. 198 e seg. (N. Ed.)]

⁴ Idem, *ibidem*, p. 990.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 993.

Tenho de deixar em aberto até que ponto esta «folha» e a insinuação de que se tinha entendido com Stáline sobre as «percentagens» serviram de base à versão, mais tarde divulgada por publicistas burgueses e revisionistas, de que Stáline e Roosevelt tinham dividido o mundo em esferas de influência. Em todo o caso, Roosevelt teve tanto a ver com a «folha» de Churchill e as suas «percentagens» como Stáline. É notável que Chtemenko nem sequer tenha referido esta «folha». Seguramente isso deve-se ao facto de não ter estado presente em todos os encontros.

Em vez disso, Chtemenko anotou uma outra observação de Churchill feita à partida de Moscovo. «*O primeiro-ministro da Grã-Bretanha exprimiu a esperança de que as tropas anglo-americanas conseguiriam avançar rapidamente até ao Passe de Liubliana, na Jugoslávia.*»⁶

Para Chtemenko era claro isto significava que as tropas anglo-americanas queriam avançar para a Europa Central, através de Liubliana, para alcançar a Hungria e a Áustria antes das tropas soviéticas. «*Cheirava de novo à “variante dos Balcãs”, servida com um outro molho. Naturalmente que Stáline se apercebeu imediatamente disto.*»⁷

No final de Outubro, um representante do Comando Supremo das tropas aliadas no Mediterrâneo encontrou-se com o chefe do Estado-Maior General, Antónov. Pediu-lhe que lhe falasse sobre «os planos [soviéticos] das próximas operações nos Balcãs», e lhe desse «informações sobre as intenções do comando do Exército Popular de Libertação da Jugoslávia, relativamente a operações a Ocidente de Belgrado, e sobre as suas forças». Antónov recusou dar informações sobre o Exército Popular jugoslavo, aconselhando o representante a solicitá-las directamente ao marechal Tito.⁸

O episódio da «folha», o comentário de Churchill à partida de Moscovo, assim como a visita do representante do Comando Supremo dos aliados ocidentais são elementos importantes para compreender as decisões militares de Stáline e a sua pressão para um avanço rápido do exército soviético na Hungria.

As especulações de Churchill baseavam-se nos esforços desenvolvidos pelo Governo fascista húngaro do almirante Horthy para se retirar da guerra, depois de ser evidente que já não era possível impedir a derrota dos fascistas alemães. Em Setembro, Horthy propôs uma paz separada ao comando anglo-americano. Mas como tropas soviéticas já se encontravam na Hungria, o Comando aliado recusou a proposta e aconselhou-o a dirigir-se ao Governo soviético. Assim, Horthy viu-se obrigado a enviar uma delegação a Moscovo no final de Setembro. Nas conversações com o Governo soviético, a delegação húngara exigiu «a livre retirada das tropas alemãs» do seu país e a entrada de tropas britânicas e americanas. Em 11 de Outubro – coincidente com a visita de Churchill a Moscovo – chegou-se a um acordo preliminar sobre a saída da Hungria da guerra: a Hungria deveria declarar guerra à Alemanha. Horthy não concordou.

O comando alemão apercebeu-se dos esforços de Horthy para alcançar um armistício e tomou medidas. Horthy teve de demitir-se em 12 de Outubro por exigência de Hitler e entregou o Governo a Szálasi, um fascista convicto, que continuou a guerra contra a União Soviética.⁹

⁶ Schtemenko, *op. cit.*, p. 228. [Ed. cit., p. 417 e seg. (N. Ed.)]

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 229.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 218-225. A.A. Gretscho, *Über die Karpaten* (Através dos Cárpatos), Moscovo/1970, Berlim/1972, p. 193. Zoltan Halasz, *Kurze Geschichte Ungarns* (Breve História da Hungria), Ed. Corvina, Budapeste, 1974, p. 256.

Chtemenko descreve um episódio do encontro em Moscovo com o chefe delegação húngara, general Gábor Faragho, que é bastante elucidativo da forma de pensar dos generais húngaros. A delegação foi recebida e acompanhada pelo coronel-general Kuznetsov. Alguns dias depois da chegada da delegação, Kuznetsov contou a Chtemenko que *«Faragho estava muito preocupado com a criação de porcos que tinha na sua propriedade algures na região de Debrecen, e pediu que poupemos o seu gado porcino quando as nossas tropas ocuparem a localidade. Respondemos que as tropas soviéticas não só não ficam com bens alheios como até os protegem se o proprietário estiver ausente. O latifundiário acalmou-se. Adianta já que quando as nossas tropas ocuparam a região de Debrecen, à força de combates, não tiveram de proteger os porcos na propriedade de Faragho. Os hitlerianos já os tinham comido até ao último.»*¹⁰

A 18 de Outubro fracassou outra tentativa de generais e oficiais húngaros para alcançar um «entendimento» com o Comando Supremo soviético. Dois dias antes, o comandante-em-chefe do 1.º Exército húngaro, coronel-general Miklos, entregou-se aos soviéticos com uma parte do seu Estado-Maior, e seis mil soldados e oficiais húngaros seguiram o seu exemplo passando-se para o Exército Vermelho. Mas Miklos não conseguiu que o seu exército se voltasse contra os fascistas. *«Em vez de se reduzir, a resistência [ao Exército Vermelho] aumentou na Hungria.»*¹¹

No final de Outubro tornou-se evidente que não se poderia esperar um armistício com as Forças Armadas húngaras. Em 20 de Outubro, o marechal Malinóvski, comandante-em-chefe da 2.ª Frente Ucraniana, enviou uma mensagem destinada pessoalmente ao Comandante Supremo [Stáline], em que pede encarecidamente o reforço da frente com tanques: *«O inimigo (...) colocou na frente de combate oito divisões blindadas (...), avizinham-se duros combates. O inimigo não desistirá facilmente da Hungria (...) e os húngaros, sob o comando de Szálasi, continuam a bater-se firmemente (...)»*.

O QG ordenou então às 2.ª e 3.ª frentes ucranianas: *«Dado que as tropas húngaras não cessaram as operações de combate contra as nossas tropas e continuam a manter uma frente conjunta com os alemães, o QG do Comando Supremo ordena que se actue no campo de batalha contra as tropas húngaras de igual modo que contra as alemãs.»*¹²

O Comando Supremo soviético tinha tentado tudo para possibilitar uma saída da Hungria da guerra em condições aceitáveis e de forma pacífica. Num apelo à população búlgara sublinhava-se expressamente que o Exército Vermelho não pretendia anexar território húngaro ou alterar a ordem social existente. A propriedade privada dos cidadãos não só não seria violada, como a sua protecção seria garantida pelas autoridades militares soviéticas.¹³ Como em todos os Estados em cujo território o Exército Vermelho teve de entrar, também na Hungria não houve intervenção na ordem social. A situação interna do país era assunto do respectivo povo e não dependia do poder de comando do Exército Vermelho.

A necessidade política de derrotar rapidamente o adversário na Hungria, para abrir o caminho para a Áustria antes da chegada das tropas anglo-americanas, conduziu a alguns erros tácticos nas decisões militares de Stáline.

Surgiam divisões e o derrotismo espalhava-se entre os soldados das forças armadas húngaras. Stáline recebeu do coronel-general Mékhlis, membro do Conselho Militar de

¹⁰ Schtemenko, *op. cit.*, p. 218 e seg. [Ed. cit., p. 411. (N. Ed.)]

¹¹ Gretscho, *op. cit.*, p. 224 e seg.

¹² Schtemenko, *op. cit.*, p. 226. [Ed. cit., pp. 414-415. (N. Ed.)]

¹³ Idem, *ibidem*, p. 229 e seg.

Guerra da 4.^a Frente Ucraniana, informações «*demasiado optimistas*» sobre a desagregação do exército húngaro. Chtemenko cita um telegrama dirigido pessoalmente a Stáline, de 28 de Outubro, em que se diz: «*As unidades do 1.º Exército húngaro que se opõem à nossa Frente encontram-se num processo de desmoralização e desagregação. A 25 de Outubro de 1944, o 18.º Exército fez 2500 prisioneiros, tendo-se entregado unidades inteiras (...). Na sequência das manobras de flanqueamento efectuadas pelas tropas da Frente, muitas unidades das tropas húngaras dispersaram-se e grupos isolados de soldados erram pelas florestas, parte deles armados outros sem armas, alguns envergam roupas civis (...)*».¹⁴

Na base destas informações, Stáline perguntou ao Estado-Maior General qual a melhor forma de atacar Budapeste para a tomar rapidamente. Pouco depois ordenou ao marechal Malinóvski, da 2.^a Frente Ucraniana, que «*tomasse imediatamente*» Budapeste.¹⁵

Antónov não conseguiu convencer Stáline de que as informações de Mékhlis «*não correspondiam à realidade, muito menos na região de Budapeste.*»¹⁶

Assim, por ordem de Stáline, a ofensiva para Budapeste iniciou-se a 29 de Outubro e foi detida a 3 de Novembro, a cerca de 10-15 quilómetros do Sul e do Sudeste da cidade.

Ninguém teve coragem para suspender ou corrigir a ordem do Comandante Supremo. Agora pode criticar-se, mas em que Forças Armadas se admite que a ordem do Comandante Supremo seja suspensa ou alterada autonomamente por generais subordinados? Neste contexto recorde-se o *Príncipe de Homburg*, de Kleist,¹⁷ quando na guerra contra a Suécia decidiu atacar por sua conta e risco, ignorando a ordem do Duque, o Comandante Supremo. Isto até conduziu à vitória sobre a Suécia em Fehrbellin, em 1675. No entanto, o Duque condenou Homburg à morte! E só depois de Homburg ter reconhecido o seu erro – de não ter respeitado a ordem do Comandante Supremo – foi amnistiado pelo Duque. Assim conta Kleist.

Mas aqui na Hungria travava-se de uma batalha muito maior que a de Fehrbellin, e as frentes da II Guerra Mundial não eram palcos de teatro.

Antónov encontrou a solução salomónica, alargando amplamente a Frente e aumentando a actividade das tropas de Manilóvski. Stáline tinha ordenado que a ofensiva fosse feita sobretudo pelo 46.º Exército da 2.^a Frente ucraniana no flanco esquerdo da Frente. Mas agora, simultaneamente, o Estado-Maior General propunha acrescentar as tropas do centro da Frente para intensificar a pressão e romper a defesa inimiga. Isto, sem contrariar a ordem de Stáline, dificultaria significativamente a organização da defesa inimiga. A 4 de Novembro, o Estado-Maior General transmitiu as suas considerações a Stáline. Stáline concordou e ordenou a aceleração das medidas para a tomada de Budapeste.¹⁸

Visto hoje à luz dos conhecimentos actuais, é fácil fazer uma avaliação crítica da decisão de Stáline. Mas que sabia o QG, que sabia Stáline sobre a situação do exército húngaro e sobre a concentração de tropas alemãs na região de Budapeste em Outubro de 1944? O coronel-general Mekhlis pode não ter exagerado, como pensava Antónov. Na

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 230. [Ed. cit., p. 418. (N. Ed.)]

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 231.

¹⁷ Trata-se do drama *Príncipe Friedrich Homburg*, de Heinrich von Kleist (1777-1811), escrito em 1808, inspirado nas memórias de Frederico II. (N. Ed.)

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.232.

secção da 4.^a Frente Ucraniana, a situação podia corresponder à sua descrição, enquanto nas 2.^a e 3.^a frentes ucranianas, as tropas húngaras, sob pressão das rígidas leis marciais dos oficiais fanáticos do fascista Szálasi, continuavam a resistir firmemente. Ambas as fontes de informação, Mekhlis e Antónov, eram sérias; qual delas estava correcta? Hoje sabemos que a avaliação de Antónov era a correcta.

O objectivo de conquistar rapidamente Budapeste era justificado por razões políticas, mas a decisão militar de «conquistar imediatamente» Budapeste demonstrou ser errónea, independentemente das razões em que se baseou, pois não correspondia à correlação de forças existente na região de Budapeste. Aqui ainda estavam estacionadas 13 divisões blindadas alemãs, assim como duas divisões motorizadas e uma brigada motorizada, ou seja, cerca de 110 mil homens ao todo.

Ainda houve outros acontecimentos nas Frentes que conduziram a fracassos do Exército Vermelho. Chtemenko refere que alguns comandantes de unidades operativas estavam a sofrer da vertigem dos êxitos obtidos na Roménia, Bulgária e Transilvânia.¹⁹

As condições na Roménia e principalmente na Bulgária eram completamente diferentes das da Hungria. Na Bulgária, as tropas soviéticas quase não encontraram resistência e o governo monárquico fascista foi derrubado pela sublevação popular. As experiências na Roménia e na Bulgária devem ter contribuído para que alguns comandantes subestimassem a resistência do exército húngaro.

A guerra ainda não tinha terminado e mostrar-se-ia em toda a sua dureza nos combates por Budapeste e na batalha de Balaton.

Stáline percebeu que a tomada de Budapeste não seria fácil e ordenou a «*maior concentração possível de artilharia*» na região. Na direcção principal, na secção de ruptura da 2.^a Frente Ucraniana, deviam colocar-se 224 canhões por cada quilómetro de frente, na 3.^a Frente Ucraniana, 170 por cada quilómetro.²⁰

Os combates por Budapeste iniciaram-se a 20 de Dezembro e só terminaram oito semanas (!) mais tarde, com a libertação da capital húngara a 13 de Fevereiro de 1945.

Pretendendo evitar um banho de sangue na população e preservar os monumentos históricos, os comandos das 2.^a e 3.^a frentes ucranianas enviaram um ultimato ao inimigo cercado que previa condições humanas para a capitulação. Contudo, a resposta foi esclarecedora: os emissários soviéticos, capitão Miklos Steinmetz, da 2.^a Frente Ucraniana, e o capitão Ostapenko, da 3.^a Frente Ucraniana, foram assassinados pelos fascistas.²¹

Hitler e o alto comando da *Wehrmacht*, que também tinham compreendido o significado estratégico da Hungria, estavam decididos a mantê-la custasse o que custasse e a parar o avanço do Exército Vermelho. Continuavam a alimentar a esperança ilusória de uma ruptura na coligação anti-hitleriana, uma mudança de frente dos EUA e Grã-Bretanha contra a União Soviética.

A Leste de Balaton, o comando fascista iniciou uma ofensiva, a 6 de Março de 1945, com o objectivo de fazer recuar as tropas soviéticas para além do Danúbio. A importância que os fascistas deram a esta ofensiva é testemunhada pela transferência do 6.^o Exército Blindado SS, sob a direcção do general Sepp Dietrich, da Frente Ocidental para a frente

¹⁹ Idem, ibidem, p. 233.

²⁰ Idem, ibidem, p. 236. [Ed. cit., p. 422, (N. Ed.)]

²¹ Idem, ibidem, p. 238. [Ed. cit., p. 424. (N. Ed.)]

em Balaton. Isto ocorreu em 14 de Janeiro de 1945, ou seja, ainda durante a ofensiva das Ardenas.²²

A correlação de forças em Balaton era desfavorável aos soviéticos. Os alemães possuíam mais de 31 divisões, das quais 11 divisões blindadas, mais de 900 tanques e artilharia móvel, 5600 canhões e lança-granadas, 850 aviões, no total mais de 430 mil homens. A 3.^a Frente Ucraniana possuía em Balaton cerca de 400 mil homens, 400 tanques e artilharia móvel, quase sete mil canhões e lança-granadas e 950 aviões. O adversário era superior em tanques, mas possuía menos artilharia e aviões. O número de homens era semelhante.²³

As tropas alemãs avançaram lentamente para Leste, o marechal Tolbúkhine teve de retirar o seu exército de Székesfehérvár, a Nordeste de Balaton, para o Danúbio, onde pôde construir uma linha de defesa. A 9 de Março, Tolbúkhine telefonou a Stáline perguntando se não seria aconselhável retirar as suas tropas e, em último caso, também o Estado-Maior, para a margem esquerda do Danúbio. Chtemenko e Antónov encontravam-se na sala de trabalho de Stáline e foram testemunhas da conversa. Stáline, depois de uma curta pausa, respondeu calmamente: «*Camarada Tolbúkhine, se pensa arrastar a guerra por mais cinco ou seis meses, então sim, retire as suas tropas para além do Danúbio. Sem dúvida que lá será mais calmo. Mas duvido que pense assim. Por isso deve defender-se na margem direita, e é precisamente aí que você e o Estado-Maior devem estar. Estou convicto de que as tropas cumprirão com honra as suas difíceis tarefas. É preciso apenas comandá-las bem.*»

Stáline falou ainda na necessidade de neutralizar os tanques fascistas logo durante a batalha de defesa e de não dar tempo ao adversário para consolidar posições e organizar uma forte defesa na linha alcançada. «*Consequentemente é preciso passar imediatamente ao ataque assim que o inimigo seja detido e destruí-lo completamente. Para tal são necessárias forças frescas significativas. Dispomos delas, temos o exército de Glagolev. Nas proximidades encontra-se também o 6.^o Exército da Guarda Blindada do general Kravtchenko. Neste momento está sob o comando de Malinóvski [2.^a Frente Ucraniana, UH], mas, se for necessário, pode ser transferido para a sua frente [3.^a Frente Ucraniana, UH]. Retire daqui as conclusões necessárias.» Olhando para Antónov, acrescentou: «*– O Estado-Maior General está do meu lado.*»²⁴*

Chtemenko não esclarece se Antónov se pronunciou ou não sobre estas reflexões de Stáline. Em todo o caso, a avaliação e a respectiva orientação estava correcta. Era a mesma táctica que em Kursk: desgastar o inimigo numa forte defesa em etapas e depois derrotá-lo no contra-ataque. Tal como em Kursk, onde se confrontaram 1500 tanques, esta táctica também teve êxito na batalha entre o lago Balaton e o rio Danúbio.

A batalha de defesa durou até 15 de Março. Depois as tropas da 3.^a Frente Ucraniana avançaram rapidamente na direcção Pápa-Sopron e os exércitos da 2.^a Frente Ucraniana e Norte do Danúbio, na direcção de Győr. A ofensiva de Viena tinha começado. A 4 de Abril, a Hungria estava totalmente libertada das tropas alemãs. Nos combates perderam a vida 140 mil soldados soviéticos.

Apesar da luta corajosa na clandestinidade do PC da Hungria, que sofreu muitas vítimas, no país não houve um movimento de resistência vitorioso comparável aos da Bulgária e Roménia. De todos os fundadores da «Frente Húngara», em Maio de 1944,

²² Ge, II Weltkrieg, *op. cit.*, tomo 10, p. 290.

²³ Schtemenko, *op. cit.*, p. 245. [Ed. cit., p. 429 (N. Ed.)]

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 248. [Ed. cit., p. 431 (N. Ed.)]

uma aliança antifascista, só os comunistas ofereceram resistência armada aos fascistas alemães e húngaros. «Os dirigentes dos partidos de oposição burgueses e da social-democracia ainda recuavam perante a luta armada.»²⁵

Mas em Outubro de 1944, todos os partidos da «Frente Húngara», sob a direcção de Endre Bajcsy-Zsilinszky, pronunciaram-se a favor da resistência armada. Porém, antes de se realizar qualquer acção, os líderes da sublevação armada, Bajcsy-Zsilinszky, János Kiss, Jenő Nagy e Vilmos Tartsay, foram assassinados pelos fascistas húngaros.²⁶

Só depois da libertação de Debrecen, em Dezembro de 1944, as forças patrióticas puderam convocar uma Assembleia Nacional provisória. A 21 de Dezembro formou-se um governo provisório dirigido pelo general Bela Miklos. No Governo participaram o PC da Hungria, o Partido Social-Democrata, o Partido dos Pequenos Agricultores, assim como representantes do regime derrubado de Horthy, o general Faraghó (o latifundiário preocupado com os seus porcos), o conde Teleki e o tenente-general Vörös. Deste Governo também não se podia esperar grande coisa.²⁷

Ao contrário da Bulgária, Roménia e Jugoslávia, não se formou um exército popular húngaro capaz de lutar ao lado do Exército Vermelho. Os voluntários, na sua maioria comunistas, combateram nas fileiras do Exército Vermelho. Constituíam o Regimento de Buda, cinco batalhões, 2534 homens no total.²⁸

Tenho de deixar em aberto até que ponto o exército húngaro, formado depois de 1945, ainda estaria infiltrado de oficiais burgueses e ou até pró-fascistas, que, na contra-revolução de 1956, terão acreditado ter chegado a sua hora.

A sublevação nacional eslovaca

A sublevação nacional eslovaca de 29 de Agosto de 1944, quase simultânea com a sublevação de Varsóvia e a sublevação popular na Bulgária, obrigou o QG a alterar o seu plano de operações original. Após os êxitos do Exército Vermelho na Roménia, planeava-se contornar os Cárpatos e avançar para a Eslováquia a partir do Sul. Deste modo, o Comando alemão seria forçado a retirar as suas tropas dos Cárpatos, sob pena de poderem ser isoladas e destruídas.

«Nessa altura, o comando soviético não se preparava para vencer a cordilheira dos Cárpatos com um ataque frontal. As operações na frente podiam custar-nos muito caro. Era preciso contornar as montanhas», escreveu Shtemenko. Os êxitos obtidos em Iassi e Kichinov [em 20 de Agosto] «permitiam ter a esperança de se poder contornar o inimigo nos Cárpatos através de território romeno. Em seguida tínhamos a esperança de colocar sob ameaça a retaguarda do inimigo nos Cárpatos e destruí-lo ou obrigá-lo a retirar.»²⁹

O marechal Kóneiv, comandante-em-chefe da 1.^a Frente Ucraniana, recorda: «Planeando a derradeira campanha da guerra, o Quartel-General do Comando Supremo escolheu Berlim e Viena como direcções principais da ofensiva estratégica, tendo em vista contornar os Cárpatos pelo Sul e cercar e destruir as tropas inimigas

²⁵ Zoltan Halasz, *op. cit.*, p. 225.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 257.

²⁷ Shtemenko, *op. cit.*, pp. 238-241. Zoltan Halasz, *op. cit.*, p. 260.

²⁸ Shtemenko, *op. cit.*, p. 243. [Ed. cit., p. 428. (N. Ed.)]

²⁹ Shtemenko, *idem*, pp. 288 e 292. [Ed. cit., pp. 459 e 462. (N. Ed.)]

nas montanhas. Não era vantajoso envolver grandes forças em combates prolongados. A experiência confirmava que tomar montanhas de assalto seria difícil. Apoiando-se nas montanhas, a defesa alemã estava numa situação mais vantajosa do que nós. Para mim era por demais evidente que o combate nas montanhas só se justificaria em caso de absoluta necessidade, quando não houvesse nenhuma forma de o evitar ou de manobrar. Nos planos da nossa frente não se previam acções de combate nos Cárpatos. Todavia, criou-se uma tal situação que a 1.^a Frente Ucraniana teve necessidade de tomar medidas urgentes para prestar ajuda à insurreição armada do povo eslovaco, iniciada a 29 de Agosto de 1944.»³⁰

Desde o início que a luta de libertação na Eslováquia tinha duas linhas de classe, uma restauracionista burguesa, que queria restaurar as antigas relações de poder e de propriedade depois da expulsão dos fascistas alemães, e outra revolucionária e democrática, que aliava a guerra de libertação nacional e antifascista à luta pela eliminação do poder dos grandes latifundiários e da grande burguesia. Os restauracionistas burgueses tinham os seus representantes políticos no governo de Benes, no exílio em Londres, enquanto os democratas revolucionários contavam com o Conselho Nacional Eslovaco, cujo *Presidium*, constituído segundo princípios paritários, era composto por quatro membros do Partido Comunista da Eslováquia (PCEs)³¹ e quatro elementos de outros partidos.³²

Logo da constituição do *Presidium* resultava que o Conselho Nacional também não era politicamente homogéneo. Paralelamente ao objectivo comum de libertar o país dos fascistas alemães, os seus membros representavam interesses sociais diferentes e até mesmo antagónicos. O único ponto de união era o antifascismo.

O PCEs e o Conselho Nacional Eslovaco assumiram o objectivo de preparar a insurreição armada mediante uma coordenação obrigatória das acções dos patriotas eslovacos com o Exército Vermelho. O Estado-Maior do movimento de resistentes da Ucrânia e a direcção do PCCh em Moscovo eram igualmente favoráveis em atribuir um carácter de massas ao movimento eslovaco, com o amplo envolvimento de trabalhadores e soldados nos destacamentos de guerrilheiros.³³

O exército eslovaco dependia dos fascistas alemães, como determinava o «Tratado de Protecção de Viena», de 18 de Março de 1939. A República Eslovaca, decretada por Hitler, com o seu governo clerical-fascista de Tiso, era um Estado satélite do fascismo alemão, como o texto do tratado abaixo citado demonstra inequivocamente:

O Governo Alemão e o Governo Eslovaco

³⁰ I.S. Kóniev, *Aufzeichnungen eines Frontoberbefehlshaber 1943/44* (Notas de um Comandante-em-Chefe da Frente 1943/44), Moscovo, 1972/Berlim, 1978, p. 288. [Citações cotejadas com o original em russo, *Записки командующего фронтом*, Moscovo, 1972, Naúka, p. 293. (N. Ed.)]

³¹ Ge., *II Weltkrieg*, op. cit., tomo 8, p. 245. Em Maio de 1939 constituiu-se uma direcção clandestina do Partido Comunista da Eslováquia (PCEs). A unidade com o Partido Comunista da Checoslováquia (PCCh) manteve-se. Depois do assalto dos fascistas alemães à União Soviética, o centro do partido constituído em Moscovo conduzia o PCEs e o PCCh. O líder do PCCh era Clement Gottwald. Em 1943, o centro foi transformado em representação no estrangeiro do PCCh.

³² Kóniev, idem, p. 291.

³³ Idem, ibidem, p. 289.

acordaram, depois de o Estado eslovaco se ter colocado sob a protecção do Reich, em regular, através de um tratado, as consequências daí resultantes. Com este objectivo, os plenipotenciários abaixo assinados estipularam:

Artigo 1.º

O Reich assume a defesa da independência política do Estado eslovaco e a integridade do seu território.

Artigo 2.º

Para cumprir com a defesa assumida pelo Reich, a Wehrmacht alemã tem o direito em qualquer altura de construir instalações militares, numa zona delimitada a Ocidente pela fronteira do Estado eslovaco e a Leste pela linha da orla leste dos Pequenos Cárpatos, orla leste dos Cárpatos Brancos e orla leste da montanha de Javornik, e mantê-las ocupadas com o número de forças que considerar necessárias. O Governo eslovaco disponibilizará à Wehrmacht os terrenos necessários para estas instalações. Além disso, o Governo eslovaco concordará com a regulamentação necessária ao abastecimento, isento de direitos aduaneiros, das tropas alemãs e ao necessário fornecimento, isento de direitos aduaneiros, das instalações militares.

Na zona referida no primeiro parágrafo, os direitos de soberania militares serão exercidos pela Wehrmacht alemã. Pessoas de nacionalidade alemã, que em consequência de uma relação contratual privada, participem na construção das instalações militares na zona referida, dependem da jurisdição alemã.

Artigo 3.º

O Governo eslovaco organizará as suas forças militares em estreito acordo com a Wehrmacht alemã.

Artigo 4.º

De acordo com a relação de protecção acordada, o Governo eslovaco conduzirá a sua política externa em concertação permanente com o Governo alemão.

Artigo 5.º

Este Tratado entra imediatamente em vigor com a sua assinatura e é válido por vinte e cinco anos. Ambos os governos negociarão oportunamente a sua prorrogação antes da expiração deste prazo.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo-assinados apuseram as suas assinaturas neste acordo em dois exemplares.

Berlim, 23 de Março de 1939

Viena, 18 de Março de 1938

P'lo Governo Alemão:

ass. Von Ribbentrop

P'lo Governo Eslovaco:

ass. Dr. Tiso, ass. Dr. Tuka

ass. Dr. Durcansky³⁴

O corpo de oficiais do exército eslovaco também não era homogéneo. Enquanto alguns generais e oficiais apoiavam a ditadura clerical fascista de Tiso, muitos outros eram adversários dos alemães e dos conterrâneos fascistas. Entre eles, e sobretudo entre os soldados, existiam partidários da União Soviética e simpatizantes do PCEs.

³⁴ Texto em alemão segundo o jornal *Voelkischer Beobachter*, de 24 de Março de 1939. Citado em Wolfgang Venohr, *Aufstand fuer die Tschechoslowakei. Der slowakische Freiheitskampf von 1944* (Insurreição pela Checoslováquia. A luta de libertação eslovaca de 1944), Hamburgo, 1969, p. 287 e seg.

A 24 de Junho de 1941, Tiso declarou num telegrama a Hitler «*que o seu país se encontrava em guerra com a URSS.*»³⁵ Mas a mobilização do exército eslovaco contra a União Soviética revelou-se um enorme erro. Os oficiais e soldados desertavam, juntavam-se aos guerrilheiros ou desapareciam com as armas nas florestas. Franz Karmasin, «Líder dos Alemães» na Eslováquia, num telegrama para Himmler, *Reichsführer SS*, de 19 de Agosto de 1944, afirmava que «*o exército eslovaco está desmoralizado em todos os aspectos. Desde a recusa de obediência para sair da fronteira ou entrada em acção contra os guerrilheiros (relatório do sr. ministro do Interior), passando por cantar canções bolcheviques, içar bandeiras vermelhas, colocar inscrições em transportes como «Vamos ter com Stáline», colocar cravos vermelhos nos uniformes e barretes, até deserções para os grupos de guerrilheiros.*»³⁶

Tiso viu-se obrigado a pedir a Hitler para transferir tropas eslovacas da Frente Soviética para a Frente Ocidental, para as proteger da «*perigosa influência do meio russo.*»³⁷

Desde a Primavera de 1944 que o movimento resistente tinha ganho força e influência na Eslováquia. Em Setembro, depois do início da insurreição, formou-se um exército de insurrectos nas regiões libertadas pela guerrilha. Este exército de sublevados era dirigido por um centro militar. Em Setembro possuía ao todo seis grupos de Infantaria. Cada um deles tinha dois destacamentos compostos por um a dois regimentos com 1500 a 2500 homens. Em meados de Setembro, o exército era constituído por cerca de 60 mil homens. No entanto, este exército não tinha suficiente capacidade de combate. Os comandantes tinham fraca preparação militar, e alguns deles, particularmente os oriundos de partidos burgueses, eram instáveis e vacilavam. As unidades de guerrilheiros, com cerca de 16 mil homens, eram a maior força armada da insurreição. O seu Estado-Maior foi reforçado com oficiais experientes do movimento guerrilheiro da Ucrânia. Prisioneiros e antifascistas dos países ocupados pelos alemães, que tinham conseguido fugir dos campos fascistas, também integraram as unidades da resistência eslovaca. O Exército Vermelho abastecia por via aérea estas unidades com armas, equipamento, alimentos e medicamentos.³⁸ Segundo Shtemenko, em 1944, o Governo soviético forneceu aos insurrectos mais de dez mil espingardas, metralhadoras, carabinas e pistolas, cerca de mil metralhadoras pesadas, centenas de lança-granadas antitanque e vários milhões de munições. O QG enviou para a Eslováquia a 2.^a Brigada Especial Aerotransportada Checoslovaca e o 1.^o Esquadrão de Caças Checoslovaco, ambos formados na URSS, assim como um grande número de instrutores e comandantes guerrilheiros.³⁹

A força do movimento de guerrilheiros também não passou despercebida ao Governo de Benes, em Londres. O fim dos fascistas alemães estava à vista. O Governo de Benes esperava que as tropas americanas libertassem o Ocidente da Checoslováquia, incluindo Praga, das tropas fascistas, e se «*antecipassem aos russos.*» Benes queria igualmente antecipar-se a uma insurreição popular na Eslováquia e apostava nos generais e oficiais do exército eslovaco, antifascistas mas dependentes da ideologia burguesa, esperando que iniciassem uma sublevação sem a participação das massas populares, o que afastaria

³⁵ W. Bleyer, K. Drechsler, G. Förster, G. Hass, *Deutschland 1939-1945* (Alemanha 1939-1945), Berlin, 1969, p. 162.

³⁶ Venohr, ob. cit., p. 290.

³⁷ *Ge., II Weltkrieg* (II Guerra Mundial), op. cit., t. 8, p. 246.

³⁸ Kóniev, op. cit., p. 292.

³⁹ Shtemenko, ob. cit., p. 309 e seg. [Ed. cit., p. 473. (N. Ed.)]

a possibilidade de uma insurreição popular. Já Carl von Clausewitz sabia que as guerras populares, as sublevações populares, tinham dois lados, um político e um militar. Assim, a guerra popular tem «os seus partidários e os seus adversários, estes últimos ou por razões políticas – porque a consideram um meio revolucionário, um estado anárquico considerado legal, tão perigoso para a ordem social interna como para os seus inimigos externos – ou por razões militares, porque acreditam que o êxito não corresponde à energia dispendida.»⁴⁰

Embora Clausewitz, por precaução, não analise as «razões políticas» e só se pronuncie sobre as militares, aqui interessam exactamente as políticas, que Clausewitz, já no seu tempo, tinha muito bem analisado nas guerras populares em Espanha, na Rússia, assim como nos movimentos populares na Prússia contra Napoleão. Os militares reformadores, aos quais pertenciam Clausewitz e os *Freikorps*⁴¹ de Schill e Lützow, eram altamente suspeitos para o rei prussiano Frederico Guilherme II. Guerras populares, insurreições populares tinham maiores possibilidades de êxito quando se aliavam às acções de tropas regulares próprias ou aliadas. Isto também era evidente para Benes. A insurreição do exército eslovaco, ou seja das «tropas regulares», devia ser apoiada pelo Exército Vermelho. Assim, o Governo Benes informou o Governo soviético sobre «*uma possível insurreição armada contra os ocupantes na Eslováquia*», pedindo ajuda à URSS.⁴² Benes foi mais esperto do que o Governo polaco no exílio em Londres e a sua Delegação na Polónia, que recusaram qualquer cooperação com o Exército Vermelho por um estúpido anti-sovietismo, conduzindo a insurreição à derrota. Benes pertencia à ala esquerda da burguesia checa e também não tinha esquecido o apoio do Governo soviético à Checoslováquia no ano crítico de 1938, quando os governos britânicos e francês entregaram o país a Hitler.

O Governo checoslovaco no exílio em Londres era aliado da União Soviética. Em 12 de Dezembro de 1943, os governos da URSS e da República Checoslovaca assinaram um acordo de amizade, ajuda mútua e cooperação para depois da guerra. O presidente Benes esteve nessa altura em Moscovo para a assinatura do tratado.

Também houve negociações entre Benes e uma delegação do *Bureau* no exterior do PCCh, sob a direcção de Klement Gottwald. Houve diferenças de opinião principalmente sobre questões relativas ao pós-guerra, porém alcançou-se um acordo sobre questões importantes da luta de libertação, pelo que o movimento antifascista na Checoslováquia se ampliou e ganhou em influência.⁴³

Paralelamente à sua representação diplomática, o Governo de Benes, como membro da coligação anti-hitleriana, mantinha uma missão militar em Moscovo, sob a direcção do general Píka.

Stáline ordenou que se comunicasse ao Governo checoslovaco no exílio em Londres a decisão do Governo soviético de prestar ajuda ao povo checoslovaco.⁴⁴ E para cumprir com a palavra dada, encarregou o Estado-Maior de elaborar um plano para concretizar a

⁴⁰ Carl von Clausewitz, *Vom Kriege* (Da Guerra), edição comemorativa Janeiro de 2003, Munique, 2003, p. 529.

⁴¹ O termo alemão *Freikorps* significa à letra «corpos livres» e designa os destacamentos de voluntários recrutados inicialmente na Alemanha durante a vigência de Frederico II da Prússia (1712-1786) e mais tarde nas guerras napoleónicas. (*N. Ed.*)

⁴² Schtemenko, *op. cit.*, p. 283.

⁴³ *Ge., II Weltkrieg* (II Guerra Mundial), *op. cit.*, t. 8, p. 247 e seg.

⁴⁴ Schtemenko, *op. cit.*, p. 285. [*Ed. cit.*, p. 457. (*N. Ed.*)]

ajuda soviética. No Estado-Maior procurou-se corresponder aos desejos dos generais de Benes, mas, diz Chtemenko, estes não tinham correspondência com as possibilidades reais.⁴⁵

Os generais eslovacos pretendiam utilizar exclusivamente o exército eslovaco para a insurreição armada. As massas populares não deviam ser chamadas ao combate contra os fascistas, pelo contrário, a sublevação do exército devia antecipar-se a uma insurreição popular. As tropas checoslovacas constituídas na União Soviética, apesar de terem lutado contra o exército alemão ao lado do Exército Vermelho e possuírem experiência de combate, também não eram referidas no plano dos generais de Benes. Com o acordo do governo de Benes, iniciara-se, já a 10 de Abril de 1944, a constituição do 1.º Corpo do Exército Checoslovaco. Uma brigada do Corpo era comandada pelo coronel Ludvík Svoboda, mais tarde general do Exército, ministro da Defesa e presidente da República Socialista da Checoslováquia de 1968 a 1975. Os generais de Benes não conseguiram ultrapassar as peias das classes burguesas a que pertenciam.

O plano dos generais eslovacos previa uma defesa contra as tropas alemãs nos passos do Norte, em Tatra, ao longo da fronteira com a Polónia. No lado ocidental apoiavam-se nas cumeadas e nos rios Vah e Hron. A região aberta para Sul, na fronteira húngara, devia ser defendida com o apoio de bombardeamentos das forças aéreas americana e britânica. Segundo o Estado-Maior General soviético, este plano era completamente irreal devido à correlação de forças existente. Como assinalaram Chtemenko e o general Antónov, mesmo o desembarque de duas divisões de Infantaria soviéticas não alteraria a situação.

O desembarque aéreo de duas divisões soviéticas – mesmo sem artilharia e serviços de apoio – era uma tarefa difícil, porque o Estado-Maior General só podia disponibilizar 170 aviões de transporte, cada um dos quais com capacidade para 20 homens com equipamento. Também não estava assegurado o combustível necessário para o reabastecimento dos aparelhos na viagem de regresso.

Os generais eslovacos não podiam compreender – também pela pouca experiência de combate – que as tropas soviéticas não tinham condições de entrar nos Cárpatos nessa altura. Uma poderosa defesa alemã controlava os acessos e passos na zona oriental. Os alemães, nesta região, nada ficavam a dever aos soviéticos, quer em número, quer em equipamento. Chtemenko e o general Grizlov, que tinham sido incumbidos de elaborar o plano de apoio à insurreição prevista pelos generais eslovacos, propuseram «*encarar a situação eslovaca apenas enquanto possibilidade de criação de uma grande testa-de-ponte para um combate activo de guerrilha no território da Eslováquia.*» No entanto, admitindo que «*por considerações políticas*» a proposta dos checos seria aprovada e que o Exército Vermelho seria chamado a ajudar a Eslováquia, antes de estar preparada a ofensiva através dos Cárpatos, Antónov recomendou que, nesse caso, fossem desembarcadas duas brigadas de pára-quedistas na Eslováquia, uma soviética e outra checoslovaca, e enviadas armas e outros equipamentos necessários à insurreição. Chtemenko e Antónov chamaram também a atenção para que tal «*não será possível sem grandes baixas.*»⁴⁶

Em Agosto de 1944, a resistência contra o fascismo tinha-se reforçado sob a direcção do Conselho Nacional. A guerra de guerrilha transformava-se gradualmente numa insurreição popular.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 286.

⁴⁶ Idem, *ibidem*. [Ed. cit., p. 458. (N. Ed.)]

O chefe da Missão Militar checoslovaca em Moscovo, general Píka, sublinhou várias vezes que as acções das tropas eslovacas só seriam concebíveis «*sob o comando checoslovaco no exílio*». Segundo Benes, a libertação da Eslováquia era «*tarefa exclusiva do Exército*».⁴⁷ Tinha-se atribuído ao Exército Vermelho o papel de coadjuvante do exército eslovaco. Em nome do Ministério da Defesa checoslovaco em Londres, o general Píka insistia sobre as «*datas das acções*» conjuntas do Exército Vermelho e das divisões eslovacas. Chtemenko supôs, não sem fundamento, que o governo londrino queria «*averiguar as intenções do Comando Supremo soviético*».⁴⁸

No final do Verão apareceu em cena o general Catlos, ministro da Defesa do Governo de Tiso. Perante a previsível derrocada da Alemanha fascista, Catlos tinha os seus próprios planos. Planeava instaurar uma ditadura militar na Eslováquia sob a sua direcção.

Com este objectivo queria estabelecer relações separadas com a União Soviética e propôs ao governo soviético uma «*acção comum contra os alemães*». Enquanto separatista eslovaco, recusou reconhecer o Governo Benes em Londres e justificou os seus planos no «*Memorandum Catlos*», um documento que faz parte da história da Checoslováquia e que nessa época causou grande polémica.⁴⁹

Esta assinalável iniciativa de Catlos não foi bem recebida pelo Governo de Benes. O general Píka informou o Estado-Maior General soviético sobre a intenção de Catlos de se deslocar de avião à União Soviética. Píka achava que o lado soviético devia utilizar a autoridade de Catlos para a insurreição do exército eslovaco, mas depois devia livrar-se dele.

O CC do PC da Eslováquia e o Conselho Nacional Eslovaco conseguiram enviar uma delegação no avião de Catlos. Stáline autorizou a entrada do avião, que levantou voo a 4 de Agosto e aterrou na região de Lvov. O Quartel-General recebeu amplas informações dos camaradas do PCEs e dos representantes do Conselho Nacional sobre o amadurecimento da insurreição popular na Eslováquia. Tornou-se claro por que razão o Governo de Benes em Londres pretendia realizar a libertação da Eslováquia unicamente por via do exército e sem a participação das forças da resistência.⁵⁰

Neste Agosto efervescente apareceu em cena um outro oficial eslovaco, o tenente-coronel Ján Golian, chefe do Estado-Maior das forças terrestres eslovacas.

Golian trabalhava em cooperação com o Conselho Nacional, mas também estava por dentro dos planos de Catlos. Golian comunicou aos soviéticos que os oficiais eslovacos, na sua maioria, tinham uma orientação antigermânica e pró-soviética e que «*cumprirão as ordens dos dirigentes da insurreição*». Ele contava com o apoio de Catlos para eliminar os elementos fascistas, de modo a que a insurreição e a intervenção das tropas soviéticas se processasse sem resistência. Afirmava que podiam entrar «*subitamente e sem a menor resistência tantas tropas do Exército Vermelho no Leste da Eslováquia, quanto fosse possível numa noite, antes que o Comando Supremo alemão e húngaro dessem por isso*».⁵¹

Como Chtemenko notou, as previsões de Golian eram muito ingénuas. Também não houve uma palavra de Golian sobre o envolvimento do povo na insurreição. Golian, que

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 289 e seg.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 290.

⁴⁹ Cf., Venohr, *op. cit.*, pp. 119-121.

⁵⁰ Schtemenko, *op. cit.*, p. 290 e seg.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 291.

tinha assumido, em 29 de Junho, a direcção do centro militar junto do Conselho Nacional Eslovaco, deixou claro quais eram as suas intenções numa mensagem ao Governo de Benes em Londres, a 15 de Junho: «*Não nos queremos passar para os russos. Se cooperamos com eles é porque queremos, acima de tudo, libertar a Eslováquia.*»⁵²

As tropas soviéticas ainda se encontravam a 50-60 quilómetros dos passos dos Cárpatos. Os passos eram o problema! Não havia nenhuma outra possibilidade real de ajudar os eslovacos sem derrotar os nazis nos passos. O comando supremo alemão tinha constituído uma poderosa linha defensiva na chamada linha de Arpad, a divisória hidrográfica, nas costas dos Cárpatos, aproveitando o relevo natural, cumes, desfiladeiros, rios.

A ideia de as tropas eslovacas atacarem os passos pelo Ocidente e as soviéticas pelo Oriente, e ultrapassá-los **numa** noite (esperando que as tropas alemãs dormissem?...), demonstra um conhecimento insuficiente da situação militar concreta e da correlação de forças nos Cárpatos e pouca experiência de combate. Ou haveria especulação política por trás?

O Comando Supremo fascista tinha-se naturalmente apercebido do amadurecimento da insurreição e preparou-se militarmente. No final de Agosto, três divisões SS ocuparam a Eslováquia. O Estado-Maior General soviético obteve do general Píka a informação de que o Governo de Benes tinha apelado «*à insurreição armada da população e das tropas da Eslováquia*».⁵³ Compreendendo que não poderia impedir a insurreição popular, o Governo Benes queria agora colocar-se na vanguarda, para a dirigir num direcção inofensiva no que toca às relações de poder e propriedade capitalistas.

A 31 de Agosto, a missão militar checoslovaca informou o Comando Supremo soviético de «*que as divisões eslovacas controlam as passagens através do maciço principal dos Cárpatos e se preparam para agir ao encontro do Exército Vermelho. O ataque surpresa na retaguarda da defesa inimiga, que se interpunha às tropas de Kóniev [comandante-em-chefe da 1.^a Frente Ucraniana, U.H.] e de Petrov [comandante-em-chefe da 4.^a Frente Ucraniana, U.H.], podia ser uma condição decisiva para o êxito comum.*»⁵⁴

Com base nesta informação, Stáline ordenou ao Estado-Maior General que ajudasse os insurrectos. Estavam previstas operações ofensivas das tropas soviéticas. Stáline exigiu telefonicamente ao marechal Kóniev «*que o informasse com brevidade da sua opinião sobre a ajuda à insurreição eslovaca pelas forças da 1.^a Frente Ucraniana.*»⁵⁵

No dia seguinte, a 1 de Setembro, o QG recebeu notícias completamente diferentes. Os insurrectos encontravam-se envolvidos em «*duros combates*» com tropas alemãs ofensivas. Com toda a probabilidade os passos dos Cárpatos continuariam inacessíveis às tropas soviéticas.

Naquelas circunstâncias, os soldados soviéticos tinham pela frente «*combates ferozes por cada metro de caminho no maciço dos Cárpatos, sobretudo nas passagens*». E na própria Eslováquia os combates «*não seriam menos árduos*» até que as tropas soviéticas se pudessem juntar aos insurrectos.⁵⁶ Sobre os ferozes combates nos Cárpatos, travados

⁵² Kóniev, *op. cit.*, p. 290.

⁵³ Schtemenko, *op. cit.*, p. 293.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 294.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

com muitas baixas, existe uma rica bibliografia deixada pelo major-general Moskalenko, comandante-em-chefe da 1.^a Frente Ucraniana, e pelo major-general Gretchko, comandante-em-chefe do 1.^o Exército da Guarda da 4.^a Frente Ucraniana.⁵⁷

A ajuda aos insurrectos poderia ter sido mais rápida se as tropas soviéticas, o exército insurrecto e a guerrilha não tivessem sido colocados, mais do que uma vez, em situações precárias devido a traições dos oficiais burgueses e pró-fascistas eslovacos. A manutenção da ordem social capitalista (que não foi questionada pelas tropas soviéticas, sendo considerada assunto interno dos checos e dos eslovacos!) era prioritária para eles, em detrimento da libertação do país dos ocupantes fascistas e das suas marionetas da ditadura de Tiso.

Como o marechal Kóniev relata, só a 31 de Agosto recebeu da unidade de guerrilha de A.A. Martinov e de oficiais do exército eslovaco a informação de que «*grupos de insurrectos e unidades de guerrilha tinham iniciado acções armadas na Eslováquia*».

A 1 de Setembro, Kóniev recebeu o recém-chegado de avião coronel V. Talsky, adjunto do comandante do Corpo Oriental Eslovaco, que se apresentou como «*representante do Corpo Eslovaco Oriental do Exército insurrecto*».⁵⁸

Kóniev informou imediatamente Stáline e propôs-lhe a preparação de uma operação de auxílio aos insurrectos. Stáline concordou e pediu que lhe comunicasse o plano. A 2 de Setembro, Kóniev enviou ao QG o seguinte relatório:

«Hoje, 01.09.1944, veio ter comigo o coronel Vilian Talsky do Estado-Maior General do Exército eslovaco, adjunto do comandante do grupo de exércitos do Exército Eslovaco (1.^a e 2.^a divisões), e declarou que, devido à ocupação alemã da Eslováquia, viajara para receber instruções da minha parte sobre a futura linha de actuação das tropas eslovacas. Durante a conversa, o coronel Talsky considerou que, no caso de uma ofensiva das nossas tropas para Ocidente, a 1.^a e 2.^a divisões eslovacas (...) podiam atacar na direcção de Krosno, para se juntarem ao Exército Vermelho. O coronel Talsky considera que a 1.^a Divisão, sob comando do coronel Markus, cumprirá as suas ordens. No entanto, não deposita particular confiança no comandante da 2.^a Divisão.

O coronel Talsky declarou ainda que caso as nossas tropas por qualquer motivo não possam passar à ofensiva, será conveniente que a 1.^a e 2.^a Divisões passem a acções de guerrilha.

Juntamente com Talsky, em 30.08.1944 aterrou no nosso território um grupo de 27 aviões, sob comando do major Trinka. Entre os aparelhos existem nove aviões Focke-Wulf FW-189 e ME 109 B, os restantes são aviões de transporte.

Na região de Krosno, a nossa Frente encontra-se a 30-40 quilómetros da fronteira eslovaca. Para nos juntarmos às unidades eslovacas e ao movimento guerrilheiro da Eslováquia, (...) seria conveniente realizar uma operação conjunta do flanco esquerdo da 1.^a Frente Ucraniana e do flanco direito da 4.^a Frente Ucraniana de modo a penetrar no território eslovaco na região Stropkov-Medzilaborce.

Para a operação, a 1.^a Frente Ucraniana pode destinar quatro divisões de Infantaria do 38.^o Exército e o 1.^o Corpo de Cavalaria. Direcção do golpe: Krosno-Dukla-Tylava. Nesta direcção será desejável envolver o 1.^o Corpo Checoslovaco.

A operação pode iniciar-se dentro de sete dias.

⁵⁷ Cf. Kóniev, *op. cit.*, pp. 287-347; K.S. Moskalenko, *In der Südwestrichtung 1943-45 (Na direcção sudoeste 1943-45)*, vol. II, Moscovo 1975/Berlim 1979, pp. 418-507; A.A. Gretscho, *Über die Karpaten (Através dos Cárpatos)*, Moscovo 1970/Berlim 1972, pp. 165-261.

⁵⁸ Kóniev, *op. cit.*, p. 297. [Ed. cit., pp. 300-301. (N. Ed.)]

Solicito as suas instruções sobre este assunto.

Peço permissão para enviar o coronel Vilian Talsky para Moscovo. Pessoalmente não dei quaisquer instruções ao coronel Talsky.

Kóniev, Krainiukov, Sokolovski»⁵⁹

Entre os dias 2 e 3 de Setembro, o QG e Kóniev prepararam os planos da ofensiva para o 38.º Exército (Moskalenko) e o 1.º Exército da Guarda (Gretchko). A operação foi marcada para 8 de Setembro.⁶⁰

Houve divergências entre Stáline e Kóniev sobre a operação dos Cárpatos e a fixação das respectivas datas. Por ordem de Stáline, as tropas da 1.ª Frente Ucraniana deviam realizar «*um ataque a partir da região Krosno-Sanok na direcção de Presov*», para «*alcançar a fronteira eslovaca e juntar-se às tropas eslovacas*».⁶¹

Retrospectivamente, Chtemenko assinala que a directiva dada por ordem de Stáline apenas à 1.ª Frente Ucraniana podia colocar as tropas numa situação difícil, já que, à medida que avançassem o seu flanco sul ficaria desguarnecido. Isto podia ser aproveitado pelo adversário para um perigoso ataque. Esta directiva «*constituía uma clara infracção às regras estabelecidas no nosso exército sobre a protecção das linhas da frente e dos flancos*». Ao receber a directiva, Kóniev telefonou de imediato a Antónov criticando a «*pouca perspicácia*». Antónov explicou-lhe que se tratava de uma ordem de Stáline. Kóniev decidiu então acrescentar uma «*nota diplomática*» no seu relatório sobre o plano da operação dos Cárpatos, na qual sublinhava ser necessário «*incorporar também na operação pelo menos quatro divisões do flanco direito da 4.ª Frente Ucraniana da região de Sanok ou colocar à minha disposição quatro divisões de infantaria da 4.ª Frente Ucraniana*». Stáline concordou.

Stáline pressionava. Estava insatisfeito com as datas marcadas por Kóniev, como assinalou Moskalenko, comandante-em-chefe do 38.º Exército, que foi testemunha de um telefonema entre Kóniev e Stáline.⁶² Por fim, a proposta de Kóniev prevaleceu.

Tais divergências resultavam das diferentes responsabilidades que competiam ao Comandante Supremo e aos comandantes-em-chefe das frentes. Kóniev era responsável pelas tropas da sua frente – uma só frente! – pelas vitórias, derrotas e baixas. Para Kóniev, o factor militar tinha prioridade sobre o político. Stáline tinha a responsabilidade pelo conjunto das frentes, pela vitória ou derrota da União Soviética na guerra, isto é, pelo destino da União Soviética. Stáline era antes de mais chefe de Estado, tinha compromissos internacionais com os parceiros de coligação anti-hitleriana e – justamente na fase final da guerra – tinha de ter em conta os interesses da segurança do país na organização do pós-guerra, já que a estratégia de classe dos aliados ocidentais era determinada crescentemente pela divisa: «*Deixar os russos de fora – não os deixar entrar na Europa – chegar primeiro que os russos!*»

Eram principalmente motivos políticos que levavam Stáline a pressionar, o que em alguns casos conduzia a decisões militares que não correspondiam à situação. Os comandantes-em-chefe das frentes e das Forças Armadas, os generais e o Estado-Maior General compreendiam bem, enquanto comunistas, a necessidade política de ajudar o mais rapidamente possível os insurrectos na Eslováquia. O marechal Kóniev também o compreendia. Percebiam tão bem como Stáline os jogos de intrigas, cujas consequências

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 297 e seg. [Ed. cit., pp. 301-302. (N. Ed.)]

⁶⁰ Idem, ibidem, pp. 299-306, Schtemenko, *op. cit.*, pp. 294-299.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 295 e seg.

⁶² Idem, ibidem, p. 296, Moskalenko, *op. cit.*, p. 422 e seg. [Ed. cit., p. 433. (N. Ed.)]

se tinham feito sentir nas frentes durante os anos de guerra, mas cada um tinha de responder pela sua área.

Todos, quer o QG quer o comandante-em-chefe da 1.^a Frente Ucraniana ou o comandante-em-chefe do Exército da 4.^a Frente Ucraniana, estavam conscientes de que um ataque frontal nos Cárpatos era uma operação difícil que provocaria muitas baixas. A correlação de forças nesta região entre as tropas soviéticas e alemãs era equivalente; parcialmente as unidades alemãs eram superiores às soviéticas. Porém não havia outro caminho para ajudar os insurrectos na Eslováquia senão romper a defesa inimiga e conquistar os passos. A 8 de Setembro iniciou-se o ataque do 38.^o Exército sob o comando de Moskalenko. Seguiu-se, a 9 de Setembro, o ataque do 1.^o Exército da Guarda sob o comando de Gretchko.

Stáline, Kóniev, o QG, os comandantes-em-chefe do exército, Moskalenko e Gretchko ainda não sabiam, nesta altura, que ambas as divisões eslovacas que deviam atacar pelo Ocidente as posições dos alemães nos passos, já estavam desarmadas. Houvera traição. O comandante do corpo eslovaco, general Malár, tinha traído. Informara o comando fascista dos planos de tomada dos passos nos Cárpatos e desertara para o campo alemão. Malár era um dos homens de confiança de Catlos.

Abandonadas pelo comando, as tropas não ofereceram grande resistência e depuseram as armas. Apenas algumas unidades passaram à luta de guerrilha.

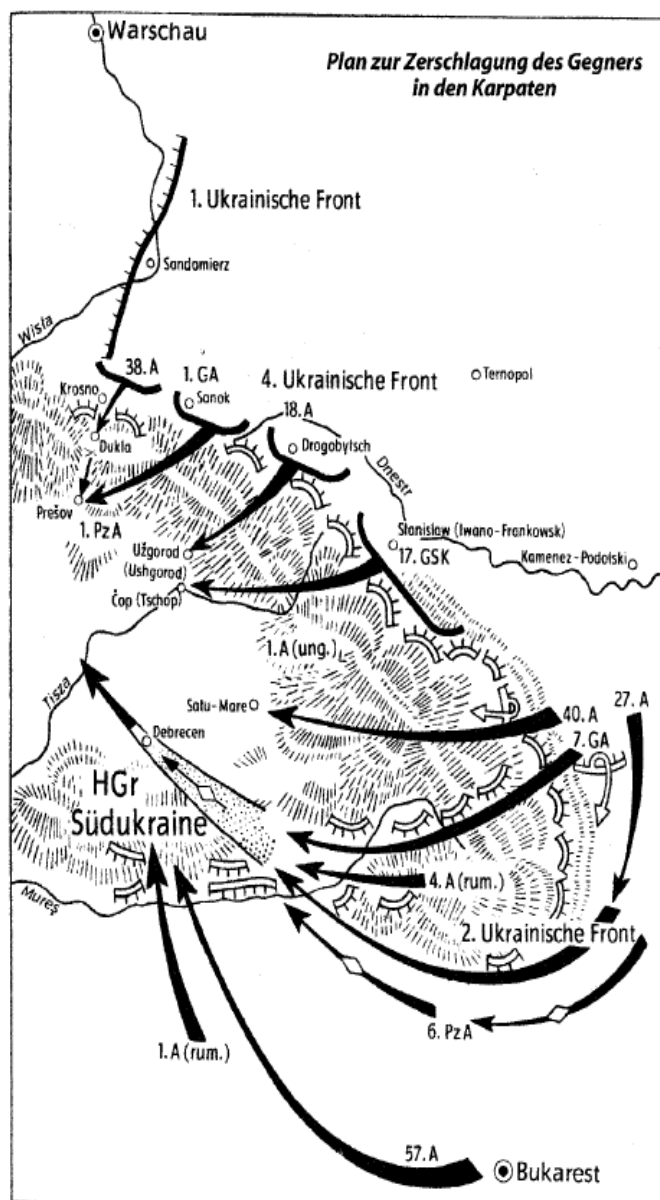
Em consequência, «*o comando alemão pôde colocar grandes forças nas direcções importantes, garantir o controlo dos passos e total liberdade de manobra a partir da retaguarda*». ⁶³ Os soldados soviéticos e os patriotas eslovacos pagaram com o seu sangue esta vil traição.

Sem dúvida que as esperanças que o Governo de Benes tinha depositado no exército eslovaco se tinham esfumado. Mas o que era isso perante as vítimas causadas entre os soldados soviéticos e insurrectos eslovacos.

O grupo traidor de Malár conseguira duas coisas: primeiro, isolou a insurreição nacional eslovaca e entregou os insurrectos às divisões SS; segundo, infligiu baixas suplementares às tropas soviéticas no ataque frontal nos Cárpatos, que retardaram o seu avanço, dando às tropas fascistas a possibilidade de reforçar a sua linha de defesa na Eslováquia.

⁶³ Schtemenko, *op. cit.*, p. 300. [Ed. cit., p. 466. (N. Ed.)]

Plano para derrotar o inimigo nos Cárpatos



Mas não foi só a traição dos generais reaccionários na Eslováquia. O comandante do 1.º Corpo do Exército Checoslovaco, constituído na União Soviética, general Kratochvil, que assumira o posto por insistência do Governo de Benes, também não se mostrou à altura das responsabilidades. O 1.º Corpo do Exército Checoslovaco participou no ataque do 38.º Exército a 8 de Setembro. Porém, Kratochvil não comandava de facto as suas tropas. Durante as operações permaneceu a 25 quilómetros das linhas de combate, «consumindo excessivamente whisky que tinha trazido de Inglaterra» como se expressou diplomaticamente Chtemenko.

O enérgico Kóniev destituiu Kratochvil e substituiu-o pelo general Ludvik Svoboda. Depois informou Stáline da sua decisão. Stáline concordou, porém exigiu a formalização

jurídica da destituição de Kratochvil e da nomeação de Svoboda, porque se «*trata do comandante das tropas de um outro país, apesar de ser um nosso aliado*».⁶⁴

Depois de árduos combates, a 6 de Outubro de 1944, as tropas do general Svoboda, juntamente com o 67.º Corpo de Infantaria do Exército Vermelho, tomaram de assalto o passo de Dukla. Foi aqui que os soldados checoslovacos voltaram a pisar a sua terra e iniciaram a libertação da sua pátria.⁶⁵

Stáline atribuía «*grande importância política*» ao Corpo Checoslovaco. Repetiu várias vezes nas reuniões no QG que não se devia lançá-lo «*contra tropas inimigas experientes e bem armadas, prevendo que nestes casos sofreria pesadas baixas*.»

Paradoxalmente, Benes, em vez de reconhecer o mérito de Ludvik Svoboda pela tomada do passo Dukla, responsabilizou-o injustamente pelas elevadas baixas sofridas pelo corpo. Isto apesar de Benes, enquanto presidente, estar devidamente informado sobre as difíceis condições da ofensiva nos Cárpatos. Afinal até tinha uma Missão Militar em Moscovo. Nesta campanha contra Svoboda participaram o ministro da Defesa do Governo de Benes, S. Ingr, assim como algumas personalidades civis em funções militares, incluindo o destituído general Kratochvil.

Londres deu instruções ao general Píka para dissolver o Corpo Checoslovaco, por alegada «*falta de reservas*», e enviou um telegrama ao general Svoboda no mesmo sentido.

O Corpo deveria ser dividido em três ou quatro batalhões de infantaria, perdendo-se o regimento de artilharia e a brigada blindada. Na prática, a unidade seria desmantelada.

Porém, as intenções do Governo de Benes não tiveram apoio nem no QG nem no Corpo Checoslovaco. O Corpo podia ser completado com voluntários, depois da libertação dos Cárpatos ucranianos, onde havia muitos habitantes de nacionalidade eslovaca.

O QG concordou com a proposta do Conselho de Militar da 1.ª Frente Ucraniana de manter o Corpo, completar o seu efectivo e reforçá-lo com armas e técnica das reservas soviéticas.⁶⁶ Assim, as «razões» apresentadas pelo Governo Benes para a sua dissolução ficavam sem efeito.

A intenção do Governo Benes de dissolver o Corpo baseava-se exclusivamente em conjecturas políticas. Na sua perspectiva burguesa de classe, Benes compreendia que o Corpo podia constituir o núcleo de um futuro exército popular checoslovaco, o qual não poderia ser utilizado como órgão de repressão do povo, na defesa dos interesses de classe burgueses.

Durante todo o mês de Outubro de 1944, continuaram árduos combates nos Cárpatos. Os combatentes da insurreição popular conseguiram resistir face à superioridade das tropas fascistas alemãs até ao final do Outono. Apesar de a insurreição não ter podido vencer por causa da acção irresponsável dos traidores eslovacos, os guerrilheiros continuaram a combater depois da derrota.

Em honra da insurreição nacional eslovaca, dos corajosos guerrilheiros e soldados do 1.º Corpo Checoslovaco, assim como dos soldados soviéticos da 1.ª e 4.ª frentes ucranianas, Chtemenko escreveu: «*A insurreição do povo eslovaco prolongou-se até ao final do Outono de 1944. Foi o acontecimento político e militar mais importante da luta de libertação nacional checoslovaca. Cabe-lhe um lugar de honra na história do*

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 303 e seg. e Kóniev, *op. cit.* p. 311.

⁶⁵ Schtemenko, *op. cit.*, p. 305. (Ed. cit., p. 470. (N. Ed.))

⁶⁶ Idem, ibidem, pp. 305-307.

movimento de resistência europeu. Nas horas mais difíceis, os insurrectos, em particular os comunistas, encararam de frente o perigo e continuaram a luta difícil. Sabiam que o Exército Vermelho viria em seu socorro e por isso resistiam até ao último homem. Porém, os dias da insurreição estavam contados. Com a derrota do exército eslovaco frente aos fascistas, perdeu-se irremediavelmente tempo precioso. O governo Benes voltou a demonstrar a sua inconsistência, pela qual os heróicos insurrectos tiveram de pagar com o seu sangue. Divisões SS cerraram os insurrectos num anel de ferro e dizimaram cruelmente os antifascistas. Milhares de soldados soviéticos, que vinham em socorro da Eslováquia e atacaram frontalmente os Cárpatos, caíram em violentos combates. Passou ainda meio ano antes de os soldados soviético, com os seus camaradas de armas do Corpo Checoslovaco, terminarem a sua vitoriosa campanha libertadora na cidade de Praga que os acolheu entusiasticamente.»⁶⁷

Slovenska Narodna Rada

(Declaração sobre o início da insurreição)

Todas as forças democráticas e progressistas do povo eslovaco, que conduziram a luta incansável contra o actual regime fascista eslovaco e contra os seus aliados nazis alemães, fundaram hoje o Conselho Nacional Eslovaco como órgão máximo da resistência nacional eslovaca.

Por isso, só o Conselho Nacional Eslovaco tem direito a falar em nome do povo eslovaco. Assume hoje, em todo o território eslovaco, o poder legislativo e executivo assim como a defesa da Eslováquia. Este poder será exercido até ao momento em que o povo eslovaco escolha, de forma democrática, um legítimo sucessor.

A resistência nacional, que até hoje se desenvolveu em completa consonância com a resistência checoslovaca no estrangeiro, conduzirá a nossa luta, em unidade e cooperação, até à vitória.

Somos a favor de viver fraternalmente e em cooperação com o povo checoslovaco, numa nova República Checoslovaca. As questões constitucionais, sociais, económicas e culturais da República devem ser reguladas por consenso mútuo dos representantes eleitos eslovacos e checoslovacos, no espírito dos princípios democráticos, do progresso e da justiça social.

Paralelamente à nossa libertação política, é nosso objectivo assegurar às camadas sociais mais baixas do povo, especialmente aos operários e camponeses, uma vida melhor e mais feliz. No interesse do aumento do nível de vida do povo, somos a favor de uma redistribuição justa do rendimento nacional, assim como de uma nova regulamentação da propriedade e da propriedade da terra a favor dos pequenos camponeses. O operário deve receber de acordo com o aumento do nível de vida e de acordo com os resultados do seu trabalho.

Recusamos categoricamente e condenamos as maquinações e tendências terroristas do actual regime do Partido do Povo. O povo eslovaco não tem nada em comum com a aliança que ele forja com a Alemanha hitleriana. Pelo contrário, pelo seu pensar e sentir, esteve desde sempre ao lado dos aliados, o que demonstrou em todas as oportunidades através dos actos na pátria ou na frente. O povo eslovaco, fiel às suas tradições nacionais, recusou com indignação a traição aos valores eslovacos de Tiso e

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 310.

de Tuka, na base da qual o Partido do Povo do regime incitou a nação eslovaca a lutar contra o povo russo irmão e outros povos eslavos.

A partir de hoje, a nação eslovaca alia-se aos povos que, com a sua mobilização e inúmeros sacrifícios, lutam por uma vida livre e democrática para todos os povos da Terra e também para o nosso pequeno povo. Queremos contribuir com todos os meios para o rápido fim desta luta de libertação.

Neste momento histórico comprometemo-nos a disponibilizar toda a ajuda moral e material ao nosso exército eslovaco e aos guerrilheiros. Apelamos à luta armada de todo o povo contra o nosso inimigo de sempre e os seus cúmplices nacionais, para que todos os eslovacos possam construir a sua vida de acordo com a sua vontade numa República Checoslovaca livre.

Viva a nossa justa causa!

Viva a República Checoslovaca!

A libertação de Viena

Viena e Berlim eram os objectivos principais das forças armadas soviéticas na fase final da guerra. A definição destes objectivos resultou em primeiro lugar de razões políticas. O significado político da tomada de ambas as capitais não era só evidente para Stáline, mas também para Churchill e Roosevelt, apesar deste atribuir menos importância em particular à tomada de Viena, para grande irritação de Churchill. Esta questão era para ele «tão significativa» que se dirigiu pessoalmente a Roosevelt:

«É evidente que os exércitos Aliados no Norte e no Centro têm de marchar o mais rapidamente possível na direcção do Elba, afastando todos os obstáculos e evitando todos os desvios. Até aqui a nossa ofensiva tinha como objectivo Berlim. Agora, o general Eisenhower, com base na sua avaliação da resistência inimiga, à qual eu atribuo uma grande importância, quer transferir a direcção da ofensiva principal mais para Sul, para apontar para Leipzig e até talvez mais para Sul, para Dresden. (...) Digo com toda a franqueza que Berlim mantém a maior importância estratégica. Nada exercerá tamanho efeito psicológico de desespero nas forças alemãs resistentes como a queda de Berlim. Ela será o sinal supremo da derrota para o povo alemão. Por outro lado, se se deixar que se mantenha o cerco dos russos, enquanto a bandeira alemã drapejar sobre Berlim, tal incitará a resistência de todos os alemães armados.

Para além disto, há um outro aspecto, que eu e você devemos considerar. Os exércitos russos invadirão sem dúvida toda a Áustria e entrarão em Viena. Se também ocuparem Berlim, a impressão de que contribuíram de forma avassaladora para a nossa vitória comum e não ficará indelevelmente gravada nas suas mentes, e não poderá isto dar-lhes um ânimo que levantará perigosas e extraordinárias dificuldades no futuro? Por conseguinte considero que, do ponto de vista político, devemos avançar o mais longe possível para o Leste da Alemanha e, assim que Berlim estiver ao nosso alcance, tomá-la seguramente. Isto também me parece fazer sentido do ponto de vista militar.⁶⁸

Depois das conversações entre Karl Wolff, coronel-general das SS, comandante das tropas SS na Itália e o chefe dos serviços secretos norte-americanos Allen Dulles, em 8 de

⁶⁸ Churchill, *Der Zweite Weltkrieg*, (A Segunda Guerra Mundial), versão em um só volume, op. cit., p. 1042. [Ed. cit., p. 407. (N. Ed.)]

Março de 1945 em Zurique, Churchill deu a entender que seria desejável uma «*capitulação parcial*» das tropas alemãs em Itália. Porém as condições não o permitiam. Percebeu que «*o Governo soviético podia suspeitar de uma rendição separada no Sul, a qual permitiria aos nossos exércitos avançar com uma resistência reduzida até Viena e mesmo até ao Elba ou Berlim.*»⁶⁹

Finalmente ainda lamentou postumamente o desprezo de Roosevelt pela sua «*variante dos Balcãs*», mediante uma ofensiva no Norte de Itália, através da depressão de Laibach, para chegar a Viena «*antes dos russos*», ao raciocinar: «*A nossa oportunidade de nos anteciparmos aos russos nesta antiga capital (...) alienámo-la há cerca de oito meses, quando as forças de Alexandre (general comandante das Forças Armadas aliadas em Itália, UH) foram desguarnecidas em nome do desembarque no Sul da França.*»⁷⁰ Os russos ocuparam a cidade a 13 de Abril, depois de um ataque em forma de tenaz do Leste e Sul.

No seu lamento, Churchill não considerou, com efeito, a capacidade de reacção do Comando Supremo soviético às alterações nas frentes. O comando soviético tinha a iniciativa na guerra contra a Alemanha fascista; a frente decisiva era a frente germano-soviética e não a do Norte de Itália. Viena, porém, não só tinha um enorme significado político, mas também estratégico-militar. Hitler planeava transformar o Sul da Alemanha, a região Oeste da Checoslováquia e a Áustria na «*fortaleza dos Alpes*» e aí esperar. Por quê? Pela desagregação da coligação anti-hitleriana – o «*Milagre da Casa de Brandeburgo*».⁷¹ A forte resistência das tropas alemãs aos exércitos soviéticos na Hungria, Áustria e Checoslováquia explica-se também por este plano política e militarmente absurdo.

A ocupação de Viena tinha efectivamente uma importância chave.

Em 1945 existiam 600 fábricas de armamento na Áustria. A produção anual atingia nove mil aviões, 17 mil motores, cerca de 850 tanques e veículos blindados, mais de mil canhões, assim como uma quantidade considerável de outro material de guerra e munições.

Cerca de um milhão e meio de austríacos alistaram-se na *Wehrmacht* ou foram nela «*integrados*». A Áustria possuía 35 divisões, constituídas até 80 por cento por austríacos. Destas, 17 operavam na frente germano-soviética.⁷²

A maioria do povo austríaco estava sob a influência da propaganda fascista. O Partido Comunista da Áustria (KPÖ) resistia com enormes sacrifícios aos fascistas alemães e austríacos desde o primeiro dia da anexação. O Partido Social-Democrata da Áustria (SPÖ) não aderiu à resistência antifascista. No seu conjunto, as forças antifascistas no país eram demasiado fracas para oferecer uma resistência significativa em comparação com outros países ocupados.

Chtemenko refere uma sublevação planeada por dois regimentos de Infantaria na reserva e uma bateria de artilharia, aos quais alegadamente estariam dispostos a juntar-

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 1049. [Ed. cit., p. 387. (N. Ed.)]

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 1065. [Ed. cit., pp. 440-441. (N. Ed.)]

⁷¹ [O Milagre da Casa de Brandeburgo refere-se à salvação da Prússia na Guerra dos Sete Anos. A morte súbita da tsarina Isabel I da Rússia levou ao poder Pedro III, que denunciou a aliança com a Áustria e assinou, em 1762, uma paz separada com Frederico II, desistindo das conquistas russas em território prussiano, a chamada Paz de São Petersburgo. (NT)]

⁷² M.M. Malachow: *Die Befreiung Österreichs*. In: *Die Befreiungsmis-sion der Sowjetstreitkräfte im zweiten Weltkrieg*. Unter der Redaktion und mit einem Vorwort von Marschall der Sowjetunion A.A. Gretschko. Moscovo, 1971/Berlim, 1973, p. 343.

se 1200 soldados de outras divisões e cerca de 20 mil habitantes de Viena. O comandante da sublevação era o major Szokoll. Tinha estabelecido contactos com o Estado-Maior da 3.^a Frente Ucraniana. O início da sublevação foi marcado para as 12.30 horas do dia 6 de Abril, simultaneamente com o ataque do exército soviético a Viena. Mas o plano falhou. Os fascistas descobriram, através de traidores, o grupo do major Szokoll. Muitos foram presos e fuzilados ainda na manhã do dia 6. Assim, a planeada sublevação não se concretizou.⁷³

Para Stáline, a Áustria era um Estado anexado pelos fascistas alemães à revelia da lei internacional. Não considerava a Áustria um Estado inimigo, apesar de saber que os fascistas austríacos eram aliados dos fascistas alemães.

Ao contrário dos governos da França e da Grã-Bretanha, que aprovaram a anexação da Áustria a 12 de Março de 1938, cedendo a Hitler os Estados dos Balcãs e a Checoslováquia, propiciando-lhe uma vantajosa base estratégica para uma agressão contra a União Soviética, o Governo soviético tinha condenado a anexação. A 17 de Março propôs a todas as grandes potências a convocação de uma conferência internacional para analisar a situação criada. Numa declaração oficial às potências ocidentais, sublinhou a responsabilidade destas na manutenção da paz no mundo: «*Amanhã pode ser já tarde demais, porém hoje ainda é possível se todos os Estados, nomeadamente as grandes potências, assumirem uma posição firme e inequívoca no que diz respeito ao problema da salvação colectiva do mundo.*»⁷⁴

Com efeito, o Governo britânico, liderado pelo primeiro-ministro Chamberlain, tinha assumido uma «*posição inequívoca*» de encorajamento de Hitler à agressão. Tenho de deixar em aberto se o Governo soviético conhecia o conteúdo de uma conversa entre Hitler e o MNE britânico, Halifax, de 17 de Novembro de 1937. O protocolo desta conversa foi publicado pelo MNE em 1948. Nele lê-se claramente: «*Halifax, em nome do Governo britânico, propôs a Hitler uma espécie de aliança na base de um "pacto a quatro", garantindo-lhe liberdade de acção na Europa Central e de Leste. Em particular, Halifax declarou que "não se pode excluir qualquer possibilidade de mudança da situação existente" na Europa, e precisou de seguida que "Danzig, a Áustria e a Checoslováquia estão relacionadas com estas questões".*»⁷⁵

A posição dos britânicos em relação à Áustria não se alterou mesmo depois do início da guerra. Numa declaração de 9 de Novembro de 1940, Churchill, primeiro-ministro desde Maio de 1940, deixou o destino da Áustria em aberto.

Em 1943, os esforços de Churchill apontavam para a restauração de uma monarquia no Danúbio. Na conferência de ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, Grã-Bretanha e URSS em Moscovo (19-30 de Outubro de 1943), Mólotov recusou categoricamente os planos de Churchill para a criação de diversas «*Federações*» ou «*Confederações*». Depois de duras discussões, a delegação soviética conseguiu que fosse adoptada a «*Declaração sobre a Áustria*», que determinou a libertação da Áustria do domínio alemão. Nela se declarou que as três potências «*desejam a restauração de uma Áustria livre e independente*».⁷⁶

⁷³ Schtemenko, vol. 2, *op. cit.*, p. 317 e seg. [ed. cit., p. 479. (N. Ed.)]

⁷⁴ Malachow, *op. cit.*, p. 340.

⁷⁵ I.M. Maiski, *Memoiren eines sowjetischen Botschafters*, (Memórias de um Embaixador Soviético), Moscovo, 1964/Berlim, 1984, p. 408. [Ed. cit., p. 291. (N. Ed.)]

⁷⁶ Ge.II.W'krieg (História da II Guerra Mundial), vol. 7, *ob. cit.*, p. 401.

O Governo soviético manteve-se fiel a esta Declaração, enquanto Churchill procurou sempre impor os seus «planos de Federação», apoiando-se nos círculos conservadores da burguesia austríaca.

A questão do futuro da Áustria foi objecto de uma dura confrontação de classe dentro e fora da coligação anti-hitleriana.

No seu discurso comemorativo do 26.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a 6 de Novembro de 1943, Stáline pronunciou-se inequivocamente a favor da libertação dos povos europeus dos ocupantes fascistas e dispôs-se a ajudá-los a restabelecer os seus Estados nacionais. Os povos da França, Bélgica, Jugoslávia, Checoslováquia, Polónia, Grécia e de outros Estados deviam «*tornar-se de novo livres e independentes*». Aos povos libertados deve «*dar-se pleno direito e liberdade de eles próprios decidirem sobre o seu sistema estatal.*»⁷⁷

Em duros combates, as tropas da 2.^a e 3.^a frentes ucranianas avançaram desde a região Norte de Balaton, na Hungria Ocidental, na direcção de Viena: a 3.^a Frente através de Papa-Sopron-Wiener Neustadt-Viena; a 2.^a Frente, pelo Sul e Norte do Danúbio, na direcção de Győr. A 4 de Abril, as tropas da 2.^a Frente libertaram Bratislava.

Em 5 de Abril, Viena ficou cercada pelas tropas da 2.^a e 3.^a frentes ucranianas. A 6 de Abril iniciou-se o ataque. A 13 de Abril, a capital austríaca foi libertada dos ocupantes fascistas.

Durante a fase de planeamento da Operação Viena, Stáline perguntou no QG: «*Mas onde está esse tal social-democrata Karl Renner, que foi discípulo de Kautsky? Durante anos esteve na direcção da social-democracia austríaca e parece-me que foi presidente do último parlamento austríaco (...) Não se deve menosprezar as forças influentes que têm posições antifascistas (...). Decerto que a ditadura hitleriana também ensinou alguma coisa aos sociais-democratas.*»⁷⁸

Renner não era nenhum desconhecido para Stáline. Foi quando esteve em Viena, em 1912-13, que Stáline escreveu «O marxismo e a questão nacional», artigo inicialmente publicado na revista *Prosvichenie* (Instrução) sob o título «A questão nacional e a social-democracia». Neste trabalho, Stáline polemiza com os destacados austromarxistas, Otto Bauer e Karl Renner, nomeadamente com o artigo deste último «O problema nacional», escrito em 1909, no qual Renner define a nação como «comunidade cultural» e exige autonomia para ela. Renner publicou este artigo sob o pseudónimo de Rudolf Springer e por isso é citado no texto de Stáline como R. Springer.⁷⁹

Depois de Stáline se ter interessado pelo paradeiro de Renner, foram dadas instruções à 3.^a Frente Ucraniana para o tentar localizar.

Em Junho de 1944, funcionários dirigentes do *KPÖ* tinham apelado à luta contra o fascismo. Em Outubro de 1944, o QG recebeu informações sobre «*combates locais mas sérios*» de guerrilheiros austríacos contra tropas alemãs. Na Jugoslávia formou-se o 1.º Batalhão da Liberdade, com guerrilheiros austríacos e ex-prisioneiros, que participou em duros combates contra os fascistas. No início de 1945 houve novos combates de

⁷⁷ Stáline, *Werke* (Obras), Ed. 15, Verlag Roter Morgen, 2.^a ed., Dortmund, 1976, p. 333. [«Discurso na Sessão Solene do Soviete de Moscovo com organizações sociais e do partido da cidade de Moscovo, 6 de Novembro de 1943», I.V. Stáline, *Obras* (em russo), t. 15, Pissátel, Moscovo, 1997, pp. 172-173. (N. Ed.)]

⁷⁸ Schtemenko, *op. cit.*, p. 314. [Ed. cit., p. 476. (N. Ed.)]

⁷⁹ Stáline, *Marxismus e Nationale Frage* («O marxismo e a questão nacional»), in SW 2/273, 288 e seg., 294 e seg.

guerrilheiros austríacos nos Alpes e formaram-se dois novos batalhões da liberdade. Porém, o QG não dispunha de quaisquer informações sobre a luta de antifascista de políticos burgueses austríacos.⁸⁰

Entretanto, o próprio Renner apresentou-se ao Estado-Maior da 103.^a Divisão da Guarda de Infantaria da 3.^a Frente Ucraniana e ofereceu-se para cooperar na formação de um governo provisório austríaco durante o período da guerra, avisando desde logo que excluía a participação de nazis no parlamento. Renner considerava que nove décimos da população de Viena estavam contra os fascistas, mas devido às repressões fascistas e aos bombardeamentos anglo-americanos «*sentiam-se acossados e incapazes de acções enérgicas*». Por seu lado, a social-democracia não tinha tomado quaisquer medidas para organizar a luta da população contra os fascistas.⁸¹

Depois de recebida esta informação no QG, Stáline ditou o seguinte telegrama para o Conselho de Militar da 3.^a Frente Ucraniana: «1) *Manifestar confiança a Karl Renner; 2) Informá-lo de que o Comando das tropas soviéticas lhe prestará apoio a favor do restabelecimento do regime democrático na Áustria; 3) Explicar a Renner que as tropas soviéticas não entraram nas fronteiras da Áustria para ocupar o seu território, mas para expulsar os ocupantes fascistas.*»⁸²

O QG decidiu ainda que o Comando da 3.^a Frente Ucraniana deveria apelar ao povo vienense para que resistisse aos fascistas e os impedisse de destruir a cidade, e transmitir, em nome do Governo soviético, uma declaração sobre o futuro da Áustria. O texto afirma: «*O Governo soviético não tem como objectivo apropriar-se de qualquer parte do território austríaco ou mudar a ordem social da Áustria. O Governo soviético partilha o ponto de vista da declaração de Moscovo dos aliados sobre a independência da Áustria. Irá aplicar essa Declaração. Contribuirá para a liquidação do regime dos ocupantes fascistas alemães e para o restabelecimento da ordem e instituições democráticas na Áustria.*»⁸³

No apelo do marechal Tolbúkhine, comandante da 3.^a Frente Ucraniana, aos habitantes de Viena, de 6 de Abril, afirma-se: «*O Exército Vermelho não entrou nas fronteiras da Áustria com o objectivo de ocupar o território austríaco, mas exclusivamente com o objectivo de derrotar as tropas fascistas inimigas e libertar a Áustria da dependência alemã (...) O Exército Vermelho luta contra o ocupante alemão e não contra a população da Áustria, a qual pode dedicar-se calmamente ao seu trabalho pacífico.*»

O comandante anunciou de seguida que tinha chegado a hora da libertação de Viena. Mas o inimigo em retirada queria transformar a capital da Áustria em campo de batalha, ameaçando Viena e os seus habitantes com «*enormes destruições e os horrores da guerra*». Em nome da preservação da capital da Áustria, dos seus monumentos histórico-culturais, Tolbúkhine apelou aos vienenses para que não saíssem da sua cidade e impedissem o inimigo de a destruir.

«*Cidadãos de Viena! Ajudai o Exército Vermelho na libertação da capital da Áustria, contribui com a vossa parte para a libertação da Áustria do jugo fascista.*»⁸⁴

⁸⁰ Schtemenko, *op. cit.*, p. 314.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 315.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 315 e seg.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 316.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

Após a libertação de Viena, Karl Renner empreendeu iniciativas concretas para a formação do Governo provisório. Numa carta a Stáline, usa o vocativo de «camarada» e lamenta não ter ainda conseguido «conhecê-lo pessoalmente, estimado camarada».

«O Exército Vermelho, durante a sua ofensiva, encontrou-me, a mim e à minha família, no meu local de residência, Gloggnitz (perto de Wiener Neustadt), onde, pleno de confiança, juntamente com os meus camaradas de partido, aguardava a sua chegada. O comando local tratou-me com profundo respeito, colocou-me de imediato sob a sua protecção e deu-me de novo completa liberdade de acção, da qual, com um aperto no coração, fui forçado a abdicar durante o período do fascismo de Dollfuss e Hitler. Por tudo isto, em meu nome pessoal e em nome da classe operária da Áustria, agradeço sinceramente e com humildade ao Exército Vermelho e a Vós, glorioso Comandante Supremo.

Quis o destino que eu fosse o primeiro dos membros do Comité Central do Partido Social-Democrata, que permaneceram no país, a obter de novo liberdade de acção. Além disso dá-se a circunstância feliz de que, enquanto último presidente da antiga assembleia popular livre, posso considerar-me no direito de falar em nome do povo austríaco. Outra vantagem minha consiste no facto de, como primeiro chanceler da República da Áustria, me ter sido confiado o processo de reestruturação das bases do Estado e organização da Administração Pública, e por isso sou merecedor de confiança na iniciativa e condução do processo de despertar da Áustria (...)

Sem a ajuda do Exército Vermelho não me teria sido possível dar um único passo. Por isso, não só eu pessoalmente, mas toda a futura “Segunda República da Áustria” e a sua classe operária ficar-lhe-ão agradecidos durante longos anos, a Vós, senhor marechal, e ao vosso exército vitorioso.

O regime de Hitler condenou-nos à total impotência. E impotentes ficaremos às portas das grandes potências quando se concretizar a reorganização da Europa. Peço-vos já hoje a vossa benévola atenção para com a Áustria no Conselho dos Grandes e, na medida em que as trágicas circunstâncias o permitam, que nos coloquem sobre a vossa poderosa protecção. No presente momento estamos ameaçados pela fome e epidemias; negociações com os nossos vizinhos ameaçam-nos com perdas de território. Nos fragosos Alpes já hoje dispomos de muito pouca terra arável, que nos fornece apenas um frugal sustento diário. Se ainda ficarmos privados de uma parte do nosso território, não poderemos viver. (...)

«Os vencedores não podem ter a intenção de nos condenar a uma existência indigente. No entanto, o Ocidente, como ficou demonstrado em 1919, revela insuficiente interesse em nos garantir as condições da independência (...)

«Graças ao extraordinário florescimento do poderio da Rússia, o nosso povo compreendeu totalmente a falsidade de duas décadas de propaganda nacional-socialista e está maravilhado com os grandiosos êxitos da União Soviética. Em particular está a criar-se uma confiança ilimitada da classe operária austríaca nas Repúblicas Soviéticas. Os sociais-democratas austríacos chegarão fraternalmente a um acordo com o Partido Comunista e trabalharão em conjunto, com igualdade de direitos, para a restauração da República.»

Na resposta de Stáline afirmava-se: *«Agradeço-lhe, muito respeitado camarada, a sua missiva de 15 de Abril. Pode estar certo de que as suas preocupações sobre a independência, integridade e prosperidade da Áustria constituem também uma preocupação minha.»* Stáline prometeu prestar à Áustria *«toda a ajuda na medida das forças e possibilidades».*

Stáline cumpriu a sua palavra e apoiou a Áustria material e politicamente. Por instrução sua, a administração militar soviética ajudou na construção da administração civil de Viena. O QG deu instruções ao marechal Tolbúkhine para apoiar um acordo entre «*personalidades prestigiadas austríacas sobre as candidaturas*» para a Câmara Municipal de Viena. Foi assim que se encontrou um amplo consenso em torno do antigo general Körner, também social-democrata e antifascista, libertado pelas tropas soviéticas das prisões fascistas. Em colaboração com a administração austríaca, Körner foi eleito presidente da Câmara de Viena e trabalhou em estreita ligação com o comandante militar soviético de Viena, o general Blagodatov.⁸⁵

O comando militar soviético apoiou de diferentes formas a administração austríaca a reconstruir a vida civil.

Com a ajuda soviética foram reconstruídas as pontes Norte-Oeste e Sul sobre o Danúbio, perto de Viena, muito importantes para a circulação. A flotilha soviética desminou a parte austríaca do Danúbio, içou 128 navios naufragados e reparou 30 por cento dos guindastes nos portos e outros equipamentos no Danúbio.

Os soviéticos reconstruíram 1719 quilómetros de linhas-férreas, 45 pontes ferroviárias e 27 depósitos de locomotivas, e ajudaram os ferroviários austríacos na reparação de 300 carruagens de passageiros e cerca de 10 mil vagões de mercadorias. Repararam a rede de água e equipamentos fabris, reanimaram os transportes públicos ferroviários, construíram hospitais e escolas.

Apesar de a população soviética, devido à destruição causada pela guerra, ter ela própria necessidade de bens alimentares, e em parte ter de sobreviver com rações frugais, a 3.^a Frente Ucraniana, por instrução do Governo soviético, partilhou as suas próprias reservas com a população vienense. Entre o final dos combates e 1 de Maio, foram fornecidas sete mil toneladas de cereais, 500 toneladas de milho, mil toneladas de feijão, mil toneladas de ervilhas, 200 toneladas de óleo vegetal, 300 toneladas de manteiga, 200 toneladas de açúcar, 200 toneladas de sal, 100 toneladas de sumo de fruta e outros produtos.

A 23 de Maio, o Comité de Defesa do Estado aprovou o fornecimento de mais bens alimentares à população vienense. Cada habitante recebeu uma ração diária de 300 gramas de pão, 50 gramas de cevadinha, 30 gramas de carne, 10 gramas de gordura, e 20 gramas de açúcar. Mensalmente recebia 50 gramas de café e 400 gramas de sal.

Durante os primeiros cinco meses após a libertação da Áustria, a população de Viena foi exclusivamente fornecida com bens alimentares provenientes das reservas do Exército Vermelho. Durante os primeiros anos do pós-guerra a URSS forneceu à Áustria 67 585 toneladas de farinha, 16 375 toneladas de cevadinha, 5436 toneladas de açúcar, 33 162 toneladas de batatas, 7683 toneladas de carne, 1937 toneladas de gordura e 434 toneladas de café. A ajuda alimentar cifrou-se num total de 132 612 toneladas.⁸⁶

Aos olhos de hoje, nas condições de vida actuais nos Estados capitalistas desenvolvidos, pode parecer que estes fornecimentos foram diminutos. Mas em 1945, na fase final da guerra e imediatamente a seguir ao fim dos combates, depois da política de «terra queimada» praticada pelos fascistas na sua retirada das regiões ocidentais da URSS até ao Cáucaso, no Volga e na Carélia, depois de enormes baixas, estes fornecimentos foram prova da grande generosidade dos povos da União Soviética, que ainda durante muito tempo depois da guerra tiveram de abdicar de bens vitais. A ajuda

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 325.

⁸⁶ Malachow, *op. cit.*, p. 353.

da União Soviética correspondia aos princípios do internacionalismo proletário. Karl Renner reconheceu nessa altura «*que sem a ajuda contínua disponibilizada pelo Comando Supremo do Exército Vermelho, não teria sido possível ultrapassar as dificuldades.*»⁸⁷

Apesar de em questões centrais, Renner, enquanto velho teórico e político social-democrata, defender posições diferentes das do Governo soviético e de Stáline, não se deve duvidar da correcção destas palavras. Renner não pertencia aos anticomunistas ferrenhos e possivelmente, como disse Stáline, «*decerto que a ditadura de Hitleriana também ensinou alguma coisa aos sociais-democratas*».

Mas havia outra coisa. A sociedade austríaca era uma sociedade de classes e nos círculos burgueses ter-se-ia visto com melhores olhos se tivessem sido libertados pelos americanos e britânicos, para assegurar as antigas relações de poder e de propriedade.

No Governo provisório formado por Renner também havia comunistas, o que não agradava aos políticos conservadores no Governo. O MNE austríaco, Gruber, pertencia pelos vistos a estes políticos conservadores. Queixou-se pelo facto de ter de a administração militar soviética ter aumentado os salários ao pessoal das empresas da sociedade de navegação do Danúbio entre 10 a 15 por cento, de lhe ter vendido pacotes de bens alimentares e contratado novos trabalhadores nos estaleiros em Klosterburgo «*por salários demasiado altos*».

O representante político da URSS na Áustria, E. Kisseliov, respondeu educadamente, mas com firmeza: «*Relativamente ao seu requerimento sobre a decisão da administração militar soviética de estabelecer normas superiores de bens alimentares e aumentado o salário de uma parte dos operários e funcionários, informo-o de que o comando soviético não podia, no interesse da rápida reconstrução destas empresas e do normal recomeço da sua actividade, manter as rações de fome decididas pelos fascistas alemães e os salários extremamente baixos.*»⁸⁸

Não se tratava aqui de uma questão económica, dado que os referidos aumentos salariais eram necessários, também não se tratava de uma ingerência nas competências da administração do Governo austríaco, dado que o comando soviético se restringia aos assuntos puramente militares na região da Frente. Este último aspecto era um princípio fundamental da política soviética nos países libertados.

Nesta polémica tornaram-se claras duas linhas de classes: a democrático-revolucionária (ainda não socialista!) e a conservadora-restauracionista. Esta última encontrou apoio nas potências ocupantes americanas e britânicas, que procuravam consolidar as velhas relações burguesas, antes de surgirem quaisquer sinais de democratização que ultrapassassem o quadro da democracia parlamentar burguesa. Só depois da libertação de Viena, o Comando Supremo soviético soube que, com o conhecimento e ajuda do chefe dos serviços secretos americanos, Allen Dulles, um grupo de figuras altamente duvidosas tinha formado o movimento de resistência «Áustria, Acorda!», o qual já tinha traído a direcção do grupo sublevado do major Szokoll. O objectivo imediato deste movimento reaccionário era tomar o poder depois da libertação e isolar os comunistas, divulgando entre a população boatos caluniosos sobre os soldados do Exército Vermelho.

⁸⁷ «Österreichische Volksstimme» (Voz do Povo Austríaco), Viena, 29 de Novembro de 1945, citado de acordo com Malachow, *op. cit.*, p. 354.

⁸⁸ Malachow, *op. cit.*, idem.

A 15 de Abril, dois dias depois da libertação de Viena, representantes deste grupo procuraram apoio e reconhecimento por parte do comandante soviético da cidade como único movimento legítimo de resistência, o que levou a experiente administração militar a investigar em pormenor os «*combatentes pela liberdade*» deste «*movimento de resistência*». Entre eles havia um barão, que tinha servido na *Wehrmacht*, um príncipe, também oficial da *Wehrmacht*, e várias outras figuras duvidosas que seriam precursores da «guerra-fria».⁸⁹

Naturalmente, o Comando soviético não reconheceu este «movimento de resistência», preferindo trabalhar com o Governo de Renner e as autoridades vienenses.

Entre o final de Abril e o início de Maio, as tropas soviéticas alcançaram a linha de Linz-Hieflau-Klagenfurt, onde se realizou o encontro com as tropas americanas. Quando, a 5 de Maio, os tanques americanos se aproximaram do campo de concentração Mauthausen, houve um levantamento dos presos contra as tropas SS, dirigido pelo major soviético A.I. Pirogov e o coronel austríaco Codre. A 7 de Maio, tropas americanas entraram em Mauthausen. Os prisioneiros do campo lograram alcançar a liberdade.

Na luta pela libertação da Áustria morreram 26 mil soldados e oficiais soviéticos.⁹⁰

⁸⁹ Schtemenko, *op. cit.*, p. 321 e seg.

⁹⁰ Malachow, *op. cit.*, p. 350 e seg.

Índice de nomes

(acrescentado pela edição portuguesa)

Bajcsy-Zsilinszky, Endre Kálmán (1886-1944), jornalista e político húngaro antifascista, fundador do Partido Nacional Radical da Hungria (1930) e opositor à adesão do país Hungria ao pacto anticomunista promovido pela Alemanha nazi. Em Dezembro de 1944, depois do golpe de Szálasi, quando já tinha passado à clandestinidade, foi preso e enforcado pelos esbirros fascistas.

Bauer, Otto, verdadeiro nome Heinrich Weber (1882-1932), social-democrata austríaco, dirigente da II Internacional, ideólogo do oportunismo, elaborou a teoria da «autonomia-nacional-cultural». Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, combateu o movimento operário revolucionário austríaco. Em 1934 exila-se em França onde vem a falecer.

Blagodatov, Aleksei Vassílievitch (1893-1987), oficial do Exército Vermelho desde 1918, tenente-general (1945), ocupou postos de comando em várias frentes durante a II Guerra. Em Abril de 1945 foi nomeado comandante militar em Viena. Após a guerra exerceu funções docentes na Academia Militar Vorochílov, passando à reserva em 1949.

Čatloš, Ferdinand (1895-1972), militar e político eslovaco, ministro da Defesa do governo marioneta de Hitler chefiado por Josef Tiso (1939-44). Participou na invasão da Polónia e, já no final da guerra, procurou estabelecer contactos com a resistência e com Moscovo. Entregou-se aos resistentes eslovacos e foi condenado a cinco anos de prisão, sendo no entanto libertado em 1948.

Codre, não encontramos referências biográficas deste coronel austríaco, preso político, indicado como um dos dirigentes da revolta no campo concentração nazi de Mauthausen (Áustria) no início de Maio de 1945.

Dietrich, Josef “Sepp” (1892-1966), general alemão das SS, foi condenado a

prisão perpétua em 1946, pelo tribunal militar norte-americano de Dachau, por crimes de guerra. Os EUA reduzem-lhe a pena para 20 anos e acabam por libertá-lo em 1956. É então preso pelas autoridades alemãs e condenado a 19 meses de prisão pela sua participação na «Noite da Facas Longas». Em 1957 é libertado definitivamente, sendo recusados os pedidos de extradição apresentados pela URSS e pela Roménia.

Dollfuss, Engelbert (1892 -1934), líder do Partido Cristão Social, chanceler da Áustria (1932-34). No início de 1933 fecha o parlamento e interdita os partidos. Assume poderes ditatoriais e instaura o austrofascismo através da nova Constituição. Opositor à anexação pela Alemanha nazi, procurou o apoio de Mussolini para garantir a independência do país. Em Julho de 1934 é assassinado por agentes de Hitler. O seu regime mantém-se até à anexação em 1938.

Dulles, Allen Welsh (1893-1969), irmão de John Foster Dulles (secretário de Estado no governo de Dwight Eisenhower de 1953 a 1959). Trabalhou inicialmente nos serviços diplomáticos, depois como financeiro em Wall Street, onde se liga à *Standard Oil*, cujos interesses representa na Europa. Em 1942 torna-se o chefe de operações do *Office of Strategic Services (OSS)*, sendo nomeado, em 1953, por Eisenhower, director da *Central Intelligence Agency (CIA)*, criada em 1947.

Farago, Gábor (1890-1953), general húngaro, adido militar em Moscovo (1940-41), encabeçou a delegação do Governo de Horty, enviada a Moscovo, em Setembro de 1944, para conversações sobre a saída da Hungria da guerra. Foi ministro da Defesa (1941-42), inspector da gendarmaria e polícia (1941-42) e ministro da Educação do governo provisório (1944-45).

Glagolev, Vassili Vassílievitch (1896-1947), militar soviético, coronel-general

(1944), comandou várias unidades durante a II Guerra, designadamente o 46.º Exército da Frente do Cáucaso do Norte, integrado na 3.ª Frente Ucraniana a partir de Setembro de 1943. Em Janeiro de 1945 e até ao fim da guerra comanda o 9.º Exército da Guarda que participa nas batalhas de Balaton, de Viena e de Praga.

Golian, Ján (1906-1945), major-general eslovaco, comandante das forças militares terrestres em 1944 e organizador da sublevação militar em Agosto do mesmo ano. Depois da derrota dos insurrectos (Outubro de 1944) apelou às unidades do exército que integrassem a resistência. Capturado pelos nazis foi executado, no início de 1945, no campo de concentração de Flossenbürg, na Alemanha, juntamente com outros oficiais eslovacos.

Gretchko, Andrei Antónovitch (1903-1976), militar e político soviético, entrou para o Exército Vermelho em 1919. Membro do PCU(b) desde 1928, do CC desde 1961 (candidato desde 1952), e do *Politburo* a partir de 1973. Comandou divisões e corpos do exército durante a II Guerra, tornando-se primeiro-vice-ministro (1957-67) e ministro da Defesa a partir de 1967. Foi nomeado marechal da URSS em 1955.

Grizlov, Antoli Alekséievich (1904-1974), coronel-general soviético, integrou o Estado-Maior General do Exército Vermelho durante a II Guerra.

Gruber, Karl (1909-1995), político e diplomata austríaco, foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria entre 1945 e 1953. Posteriormente foi embaixador nos EUA (1954-57 e 1969-72), em Espanha (1961-66), na RFA (1966) e na Suíça (1972-74).

Horthy, Miklós Horthy de Nagybánya (1868-1957), um dos chefes militares da Hungria, foi regente do reino entre 1920 e 1944, impondo-se ao arquiduque, Joseph-Auguste de Habsbourg-Lorraine. Adere formalmente ao Eixo em Abril de 1941 e participa na guerra ao lado da Alemanha nazi, designadamente na invasão da Jugoslávia. Após a vitória sobre o nazi-

fascismo, os aliados dão-lhe protecção e evitam que seja julgado como criminoso de guerra. Refugia-se então Portugal, no Estoril, onde morre aos 89 anos.

Ingr, Jan Sergěj (1894-1956), general checoslovaco, foi ministro da Defesa do governo no exílio em Londres. Hostil ao novo regime instaurado no pós-guerra, criou o conselho da Checoslováquia Livre, que se propunha restabelecer a «democracia» no país.

Karmasin, Franz (1901-1970), fascista eslovaco, foi secretário de Estado para os Assuntos da Etnia Alemã de 1938 até à derrota dos nazis. Depois da guerra instalou-se na Alemanha, sendo julgado à revelia na Checoslováquia em 1947.

Kautsky, Karl (1854-1938), dirigente do Partido Social-Democrata Alemão e da II Internacional. Inicialmente marxista, mais tarde renegado da teoria revolucionária, torna-se ideólogo do centrismo. Depois da Revolução de Outubro na Rússia, manifesta-se contra a ditadura do proletariado, o Partido Comunista e o Estado Soviético.

Kiss, János (1883-1944), coronel-general húngaro, opositor à aliança com a Alemanha nazi, foi um dos organizadores do movimento de resistência que começou a surgir em 1944. Em 22 de Novembro de 1944 é preso pelos fascistas húngaros e executado na prisão militar de Margit Körút.

Kisseliou, Evguéni Dmitriévitch (1908-1963), diplomata soviético, foi cônsul da URSS na Alemanha (1940-41), em Nova Iorque (1943-45), conselheiro político para os Assuntos da Áustria junto do comando do Grupo Central das Tropas (1945-48) e representante político da URSS na Áustria entre 1946 e 1948. No pós-guerra serviu ainda como embaixador na Hungria (1949-54), no Egipto (1955-58) e no Iémen (1956-59) em acumulação de funções.

Kóniev, Ivan Stepánovitch (1897-1973), jovem oficial russo, participante na I Guerra, adere ao POSDR(b) em 1918 e combate nas fileiras do Exército Vermelho durante a guerra civil. Tenente-general no início da II

Guerra, comanda várias frentes, sofrendo pesados reveses em 1941 e 1942. No ano seguinte o seu nome fica ligado a importantes vitórias em Kursk, Dniepr, Khárkov, entre muitas outras batalhas. Liderando a 2.^a Frente Ucraniana, é-lhe atribuído o título de marechal da União Soviética em Fevereiro de 1944, e pouco depois as suas tropas ultrapassam as fronteiras entrando na Roménia. A partir de Maio e até ao fim a guerra comanda a 1.^a Frente Ucraniana que participa na tomada de Praga e de Berlim. Depois da guerra desempenha vários cargos, designadamente como vice-ministro das Forças Armadas (1946-59) e da Defesa (1950-56).

Körner, Theodor Edler von Siegringen (1873-1957), militar e político austríaco, general (1924), presidente do Conselho Federal (1933-34). Preso durante a ditadura de Dollfuss e mais tarde pelos nazis, é libertado pelas tropas soviéticas, tornando-se presidente da Câmara de Viena. Depois da morte de Karl Renner foi eleito presidente da Áustria, cargo que assumiu entre 1951 e 1957.

Kratochvil, Jan (1889-1975), general checo, emigrou para França na sequência da ocupação nazi. Em 1944, o Governo de Benes envia-o para a URSS como comandante das unidades checas aí constituídas. Durante a operação dos Cárpatos é-lhe retirado o comando das tropas e substituído pelo general Svoboda.

Krávtchenko, Andrei Grigórievitch (1899-1963), general soviético, membro do PCU(b) desde 1925, comandou o 2.^o e 4.^o corpos blindados e o 6.^o Exército Blindado, durante a II Guerra. Participou no cerco das tropas nazis nos arredores de Stalingrado, entre várias outras batalhas. Em 1955 é passado à reserva. Foi deputado do Soviete Supremo da URSS.

Kuznetsov, Fiódor Fedotovitch (1904-1979), membro do PCU(b) desde 1926, candidato do CC (1952-56), desempenhou vários cargos partidários até ser transferido para o Exército Vermelho em 1938, onde se torna chefe da Secção de Quadros da Direcção Principal de Propaganda Política.

Coronel-general (1944), foi membro do Conselho Militar do 60.^o Exército e da Frente de Varonej (1942-43), vice-chefe do Estado-Maior General e chefe da sua Direcção de Contra-Inteligência, sector que dirigiu entre 1943 e 1953.

Lützow, Adolf Wilhelm von (1782-1834), tenente-general do exército prussiano, conhecido pela organização de unidades de voluntários durante as guerras napoleónicas.

Malár, Augustín, (1894-1945), general eslovaco, comandante do exército do Oriente da Eslováquia (1944). Durante a II Guerra participou na invasão nazi da Polónia e da URSS. No Verão de 1944 adere à sublevação nacional, sendo preso após a sua derrota e executado no campo de concentração nazi de Sachsenhausen.

Markus, coronel, não encontramos referências biográficas deste militar eslovaco.

Martínov A.A., não encontramos referências biográficas deste resistente eslovaco.

Miklós de Dálnok, Béla (1890-1948), general húngaro, foi vice-ministro da Guerra do Governo de Horty (1929-33) e adido militar em Berlim (1933-36), sendo depois nomeado comandante de várias unidades militares subordinadas ao grupo de exércitos alemães «Sul», com os quais participa na invasão da URSS e na tomada de Kíev. À frente do 1.^o Exército húngaro, procura uma saída da guerra. Em Outubro de 1944 apela aos oficiais para apoiarem as forças soviéticas. Após a libertação torna-se primeiro-ministro do governo provisório da Hungria até às eleições de Novembro de 1945.

Nagy, Jenö (1898-1944), militar húngaro antifascista, integrou o movimento de resistência criado em 1944. Foi preso pelos nazis em 22 de Novembro de 1944 e executado em 8 de Dezembro. Postumamente foi-lhe atribuída a patente de coronel.

Ostapenko, I.A., não encontramos referências biográficas deste capitão do

Exército Vermelho abatido, em Dezembro de 1944, juntamente com o seu camarada de armas Miklos Steinmetz, quando tentava entregar uma proposta de rendição oferecida pelo comando soviético às tropas fascistas húngaras de Horty.

Petrov, Ivan Effimovitch (1896-1958), oficial do Exército Vermelho desde 1918, major-general (1940), comandou várias unidades e frentes na II Guerra, distinguindo-se em importantes batalhas em território soviético e além fronteiras, designadamente na batalha dos Cárpatos Orientais, na tomada de Berlim e de Praga.

Píka, Heliodor (1897-1949), general do exército checoslovaco, permaneceu fiel ao governo de Benes exilado em Londres, em nome do qual é nomeado chefe da missão militar checoslovaca na União Soviética. Após a guerra foi chefe do Estado-Maior General e responsável pela indústria de armamento. Em 1948 é preso acusado de espionagem e alta traição, sendo executado em Junho de 1949.

Pirogov, A.I, não encontramos referências biográficas deste oficial soviético, prisioneiro de guerra, indicado como um dos dirigentes da revolta no campo concentração nazi de Mauthausenm (Áustria) no início de Maio de 1945.

Renner, Karl (1870-1850), membro da social-democracia desde 1894, importante austromarxista, publicou obras histórico-teóricas sobre a questão nacional. Foi chanceler e MNE (1919/20), presidente do Conselho Nacional (1931/33), chefe do Governo provisório (1945) e Presidente da República (1945/50).

Schill, Ferdinand von (1776-1809), major do exército prussiano, destacou-se nas guerras contra o regime de ocupação de Napoleão pela promoção de destacamentos de voluntários na base dos quais se veio a constituir um novo exército.

Sokolovski, Vassíli Danílovitch (1897-1968), membro do PCU(b) desde 1931, do CC (1952-61), candidato (1961-68), general do exército (1943), ingressou no Exército

Vermelho em 1918. Durante a II Guerra comandou estados-maiores de várias frentes, designadamente da 1.^a Frente Ucraniana (1944-45). Recebe o título de marechal da URSS em 1946, tornando-se primeiro-vice-ministro das Forças Armadas em 1949.

Steinmetz, Miklós (1913-1944), capitão do Exército Vermelho (filho de pais húngaros), abatido em Dezembro de 1944, juntamente com o seu camarada de armas I. A. Ostapenko, quando tentava entregar uma proposta de rendição oferecida pelo comando soviético às tropas fascistas húngaras de Horty.

Svoboda, Ludvík (1895-1979), general e político checoslovaco, combateu na I e II guerras, passando à clandestinidade, na Primavera de 1939, após a invasão alemã, como membro da organização *Obrana Národa* (Defesa da Nação). Mais tarde torna-se comandante das unidades checoslovacas formadas na URSS que participam na libertação do seu país. Distinguiu-se por uma grande temeridade que o impelia para as linhas avançadas, combatendo ao lado dos seus soldados de pistola-metralhadora em punho. Tornou-se membro do Partido Comunista da Checoslováquia em 1948 e exerceu os cargos de ministro da Defesa (1945-50), vice-primeiro-ministro (1950-51) e de presidente da Checoslováquia (1968-75).

Szálasi, Ferenc (1897-1946), fundador do partido nazi húngaro em 1935, mais tarde designado Partido da «Cruz de Flechas». Ocupou o posto de chefe de Estado e de Governo da Hungria entre Outubro e o início de Dezembro de 1944, tendo fugido pouco depois de as tropas soviéticas iniciarem o cerco a Budapeste. Veio a ser capturado na Alemanha pelas tropas norte-americanas, que o entregaram às autoridades húngaras. Julgado pelo tribunal popular em 1946, foi condenado a enforcamento por crimes de guerra e alta traição.

Szokoll, Carl (1915-2004), major de infantaria austríaco, organizador da sublevação militar em Abril 1945, que foi derrotada pelos nazis. Em Julho de 1944

esteve envolvido na conspiração para assassinar Hitler. Após a guerra tornou-se escritor e realizador de cinema.

Talsky, Vilian, não encontramos referências biográficas deste coronel eslovaco, que participou na insurreição contra o ocupante nazi em 1944.

Tartsay, Vilmos (1901-1944), militar húngaro antifascista, membro do movimento de resistência, foi preso pelos nazis em 22 de Novembro de 1944 e executado em 8 de Dezembro.

Teleki de Szék, Géza (1911-1983), político húngaro (conde), integrou a delegação enviada a Moscovo pelo Governo de Horty, em 28 de Setembro de 1944, para encetar negociações de paz. Todavia, o acordo assinado em 11 de Outubro seria anulado pelo golpe de Estado de 15 de Outubro realizado pelo partido fascista Cruz de Flechas. Mais tarde foi ministro da Religião e da Educação do Governo provisório, constituído em Debrecen. Em 1949 emigrou para os EUA.

Tiso, Jozef (1887-1947), padre católico eslovaco, deputado no parlamento checoslovaco entre 1925 e 1939, ministro da Saúde e dos Desportos (1927-29), acedeu ao cargo de presidente da Eslováquia após a invasão dos nazis, dos quais se torna vassalo impondo um feroz regime fascista e anti-semita.

Trinka, não encontramos referências biográficas deste major resistente eslovaco.

Tuka, Vojtech «Béla» (1880-1946), primeiro-ministro e ministro dos Negócios estrangeiros do governo marioneta da República Eslovaca, aliado de Hitler, entre 1940 e 1945. Foi executado em Agosto de 1946.

Vörös, János (1891-1968), militar e político húngaro, coronel-general, combateu na I Guerra e foi chefe do grupo de operações do Estado-Maior General, participando no planeamento das operações do exército húngaro na frente germano-soviética. Depois do golpe de Szálasi, passou para o lado da coligação antifascista. Assinou o armistício

com a URSS, integrando o Governo provisório como ministro da Defesa (1944-45). Foi ainda chefe do Estado-Maior General (1945-46). Em 1949 é acusado de espionagem e sentenciado com prisão perpétua, vindo a ser libertado em 1956.

Wolff, Karl Friedrich Otto (1900-1984), coronel-general das SS, colaborador próximo de Himmler, em 1943 é nomeado comandante das SS e da Polícia em Itália, onde estabelece contactos com os norte-americanos através da intermediação do papa Pio XII, com o objectivo de preparar para uma paz separada. Depois da guerra é detido pelas tropas dos EUA. Libertado em 1949, é poupado aos julgamentos pelos crimes de guerra que cometeu. Só em 1962 é de novo preso pelas autoridades da RFA, e condenado a 15 anos de prisão pela deportação de 300 mil judeus. Em 1971 é libertado por razões de saúde.